

Acção Socialista

Nº 1243 - 4 Maio 2005

Director interino: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PS PROTAGONIZA PROJECTO AUTÁRQUICO VENCEDOR



Imbuído de uma “nova ambição”, o PS está determinado em levar por diante políticas de segunda geração no poder local democrático. Isso mesmo ficou patente nos colóquios do Porto e de Lisboa de apresentação do manifesto eleitoral autárquico. Em coligação com os portugueses, o PS propõe-se a ganhar as eleições de Outubro em torno de três eixos estratégicos: dinamização da economia, promoção da qualidade de vida e desenvolvimento de uma cidadania solidária. O manifesto autárquico socialista, longe de se encontrar fechado, antes continuando receptivo a novos contributos, avança porém

para um modelo institucional mais transparente, desde logo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, realfirma o empenho na regionalização administrativa do país e adopta o princípio geral da homogeneidade e da limitação de mandatos executivos. No que concerne ao financiamento, o modelo do PS aposta numa nova Lei das Finanças Locais menos dependente dos impostos patrimoniais, mas que acentue a solidariedade entre o Estado e as autarquias. Como enfatizou António Vitorino, a proposta do PS consubstancia um projecto ambicioso, responsável e vencedor.

5

DEBATE MENSAL

Sócrates
surpreende com plano para descongestionar tribunais

3

GOVERNO PRESENTE

Investimento
de 14 mil milhões de euros para Projectos de Potencial Interesse Nacional

13

25 DE ABRIL

Políticas sociais
dominam discurso de Sampaio na sessão comemorativa da Assembleia da República

17

IVG

PS determinado
na realização do referendo

20

APRESENTAÇÕES PÚBLICAS DAS CANDIDATURAS AUTÁRQUICAS

FRANCISCO ASSIS

Porto 11 Maio

MANUEL MARIA CARRILHO

Lisboa 7 de Junho

Com a presença de José Sócrates



SUPLEMENTO



CRESCIMENTO ECONÓMICO, EMPRESAS E INOVAÇÃO NA ACÇÃO DO GOVERNO SOCIALISTA

O crescimento económico é por todos considerado um factor-chave para a resolução dos problemas estruturais da economia e sociedade portuguesas. Com efeito, de um processo acelerado de crescimento económico decorrem efeitos de criação de riqueza e empregos, de sustentabilidade das políticas sociais ou ainda de equilíbrio das contas públicas. Num contexto de recessão ou de fraco crescimento económico todos estes efeitos são dificultados e a acção das políticas públicas muito ineficaz.

Compreende-se, assim, a prioridade dada pelo Governo do Partido Socialista à criação de condições para provocar/acelerar o crescimento económico. Compreende-se, também, a forte crítica feita no passado recente às orientações dos governos da coligação PSD/PP assentes num único objectivo de estabilização orçamental e à sua acção política (ou melhor, inacção) alheada da mobilização dos instrumentos de política económica necessários ao crescimento.

Deste ponto de vista, a verdadeira “ausência” de um Ministério da Economia nos governos da coligação de direita tornou-se dramática. Desde sempre dissemos que o ajustamento económico, decorrente dos desequilíbrios do orçamento e das contas externas, tornava obrigatória a adopção de políticas públicas muito activas – quer as políticas microeconómicas de natureza anticíclica quer a políticas sectoriais de reforma e modernização quer ainda as políticas de acompanhamento das dificuldades sociais emergentes – que mantivessem níveis de confiança nos agentes económicos, criassem “focos de crescimento” e preparassem as condições de competitividade que potenciam os momentos de retoma.

Ao Ministério da Economia cumpre uma posição chave nestas políticas públicas. Antes de mais porque sendo o “ministério das empresas” por ele passam os estímulos necessários à “boa saúde” do tecido económico. O Ministério da Economia do Governo de direita falhou, porém, estrondosamente nesta missão crucial. E todo o Governo de direita pareceu nunca ter entendido a verdadeira relevância determinante da crise de competitividade do país, desvalorizando a verdadeira importância da “condicionante externa” face à condicionante interna das contas públicas.

Tudo agora terá que ser diferente com o Governo do Partido Socialista e com a acção do Ministério da Economia e da Inovação. O primeiro sinal de que assim será advém do “Plano Tecnológico”. Ele assume uma importância estratégica determinante.

Este Plano visa qualificar as pessoas, as instituições e os territórios mobilizando-os para a criação de riqueza, empregos e bem estar. Da implementação das suas medidas concretas articuladas e coerentes dependerá muito do sucesso de Portugal.

A apresentação em Junho deste ano das prioridades em termos de investimento público para os próximos quatro anos – cuja preparação é coordenada pelo ministro da Economia – será um elemento relevante na criação de “uma base e uma visão estratégica de longo prazo dos investimentos a fazer preferencialmente com privados”. Tal fixação de prioridades reduz os graus de incerteza dos decisores económicos e cria “janelas de oportunidade” para múltiplos investimentos públicos e privados.

Na mesma linha de dinamização dos negócios mas também de qualificação dos recursos humanos vão as decisões relativas à inserção de jovens licenciados em PME portuguesas, bem como o envio de jovens quadros para mercados internacionais de referência altamente competitivos.

Destaco ainda o programa de Projectos de Potencial Interesse Nacional criado no Conselho de Ministros e que visa acelerar a implementação de projectos estruturantes criadores de riqueza e de empregos qualificados.

Estas e outras tantas reformas económicas são indispensáveis para aumentar as potencialidades de crescimento de Portugal.

Também do ponto de vista do método da política económica a anunciada “política de proximidade” e os anunciados Núcleos de Intervenção Rápida e Personalizada e Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial constituem uma mudança relevante, depois de um longo período de afastamento da política económica das empresas e dos seus problemas. É desta forma que se atacam situações difíceis de ajustamento económico-social de empresas e regiões – em particular em sectores tradicionais muito expostos à concorrência internacional. Como também se criam os mecanismos de parceria activa público-privados indispensáveis para potenciar oportunidades de negócio e de desenvolvimento estratégico de produtos, clusters e regiões – em particular no “up-grade” de sectores de especialização da indústria portuguesa e em novos produtos de elevado potencial de crescimento e alto valor acrescentado.



MAXIMIANO MARTINS

Deputado; Coordenador do GP/PS na Comissão dos Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Assembleia da República

VALENTIM, ENGOLIAS-ME?

ANTOONIO COLAÇO

-VALENTIM, VALENTIM, NÃO TE ARMES EM VALENTÃO! SE NÃO DESISTES DE GONDOMAR LEVAS CÁ COM UM CARTÃO...

-SE NÃO O QUÉ?! DAVID, DAVID MENDES, SE NÃO TE CALAS JÁ LEVAS CÁ COM UMA APITADELA QUE VAIS DOURO ABAIXO EM FINISSIMA CARAVELA...

-O QUÉ, AFINAL NÃO ME **ENGOLIAS?** GANDA NOIA!!!



DEBATE MENSAL

SÓCRATES SURPREENDE OPOSIÇÃO COM PLANO PARA DESCONGESTIONAR OS TRIBUNAIS

José Sócrates no seu primeiro debate mensal no Parlamento como primeiro-ministro apresentou um Plano de Acção para o Descongestionamento dos Tribunais, "tendo em vista uma justiça mais rápida" e apanhando de surpresa toda a oposição.

Por entender ser "imperioso agir já", avançou com seis medidas concretas e um calendário rigoroso no sentido de mudar o actual sistema de justiça para que este passe a ser "um aliado do desenvolvimento económico".

Identificados os estrangulamentos, as medidas tomadas pelo Governo vão no sentido de atacar os "bloqueios fundamentais" do sistema: a litigância de massa, as dívidas de prémios de seguros, as outras pequenas dívidas, os cheques sem provisão, as transgressões e contra-venções, o prolongamento das férias judiciais.

Tendo presente que o problema mais "crítico e mais urgente" que se coloca à justiça é o da celeridade, porque é aquele que "mais prejudica a efectiva garantia dos direitos dos cidadãos" e que mais afecta a economia, o primeiro-ministro afirma que "adiar soluções em nome de um qualquer pacto de regime só significa pactuar com este estado de coisas". Por isso, o Governo prefere actuar com medidas concretas "ao serviço de objectivos de fundo", como o de reduzir o actual congestionamento dos tribunais, beneficiando as empresas e os cidadãos. Sobre a política governamental para a Justiça, o primeiro-ministro mostrou-se ainda empenhado em "salvar a Reforma da Acção Executiva" e levar a inovação tecnológica ao sistema judicial, instalando novas aplicações informáticas que permitam a "progressiva desmaterialização dos processos" e a adopção de "tecno-



logia de 'software livre' com distribuições nacionais para o sector da Justiça".

O discurso sobre pactos é para fingir que se governa

Marques Mendes, na sua estreia como líder do PSD nos debates mensais, recuperou um desafio que tem lançado repetidamente ao Governo, no sentido de estabelecer pactos de regime em áreas ditas estruturantes, como a Justiça, a Reforma do Estado e as Finanças Públicas. Na resposta, José Sócrates garantiu que o Governo está disponível para "entendimentos" com todas as forças políticas e não apenas com o PSD, sublinhando, contudo, que mais importante do que apresentar pactos é propor medidas

concretas. "O dever do Governo é apresentar propostas e acolher os contributos da oposição", afirmou, acusando o anterior Executivo de maioria PSD/CDS-PP de "ter oferecido apenas discursos". "Grande parte do problema da Justiça precisa de medidas concretas. Não precisa de nenhum pacto geral sobre as reformas, mas medidas concretas. O discurso sobre pactos é para fingir que se governa", criticou. Sobre a questão dos referendos à Constituição europeia e ao aborto, José Sócrates afirmou que "para nós não há um referendo prioritário", depois de recordar que sempre defendeu a realização do referendo sobre a Constituição europeia em simultâneo com as eleições autárquicas e que o referendo sobre o aborto não deveria realizar-se no Verão.

Regime das custas vai ser revisto

Confrontado com as críticas do secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, e do deputado do BE Francisco Louçã ao actual regime das custas judiciais, introduzido pelo Governo PSD/CDS-PP, Sócrates garantiu que até ao final do ano será apresentado ao parlamento uma proposta para "alterar as custas judiciais e garantir o acesso à justiça dos que mais precisam". Questionado por Jerónimo de Sousa sobre se o Governo vai ou não manter a caducidade dos contratos colectivos prevista no Código do Trabalho, José Sócrates declarou que a posição do Governo é a mesma que o PS defendeu quando estava na oposição. "No programa

do Governo está bem claro que queremos rever aspectos do código laboral, entre os quais a contratação colectiva. Queremos esperar a contratação colectiva", acrescentou o primeiro-ministro. Acusado pelo deputado do CDS-PP Anacoreta Correia de liderar um Governo que "é o silêncio e a ausência" e que "tem falado de menos", José Sócrates declarou: "Há, de facto, um estilo deste Governo que é falar menos e fazer mais, e principalmente não falar antes de pensar". O deputado democrata-cristão insistiu em saber como o Governo vai pagar as auto-estradas SCUT (sem custos para o utilizador), questão já colocada pelo líder do PSD, Marques Mendes, mas que ficou sem resposta por parte de Sócrates, que se limitou a defender a bondade dessa opção. De resto, o primeiro-ministro e Anacoreta Correia estiveram de acordo que a prioridade é "mudar os procedimentos", adoptando medidas concretas, e não "fazer grandes reformas", e o deputado do CDS-PP manifestou disponibilidade para contribuir "de forma construtiva" na definição das prioridades da política criminal. Houve também consenso entre José Sócrates e Francisco Louçã contra os pactos de regime propostos por Marques Mendes — que o deputado do BE qualificou de uma "visão mesquinha" da política, em contraste com "o debate político aberto". "Eu gosto da pluralidade do debate. O que não vai existir serão pactos feitos em quartos de hotel e trazidos já servidos à Assembleia da República", declarou, em seguida, o primeiro-ministro. Por sua vez, o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, elogiou o discurso do chefe do Governo e deu-lhe a oportunidade de precisar os prazos de concretização de algumas das propostas anunciadas para o sector da justiça.

SEIS MEDIDAS PARA AGILIZAR A JUSTIÇA

- A regra da renovação automática dos contratos de seguro vai acabar. Neste sentido, o Governo vai aprovar um decreto-lei que evitará com que os tribunais continuem a ser invadidos por acções para cobrança de dívidas de seguros. Pois, segundo José Sócrates, as "seguradoras estão a intentar numerosas acções, de reduzidíssimo valor financeiro para cobranças de dívidas que só existem por efeito da renovação automática do contrato de seguro". Referindo-se a dados de 2003, com esta medida, segundo o primeiro-ministro, cerca de 12 por cento das acções declarativas, isto é mais de 25 mil processos findos nesse ano, não teriam existido.
- O procedimento de injunção é ampliado para créditos até ao valor de 15 mil euros — actualmente fixado em cerca de 3700 euros. A injunção é uma forma processual célere que permite obter um título executivo para cobrança de uma dívida. Ao legislar-se no sentido de aumentar o valor das dívidas passíveis deste procedimento, desviam-se da acção declarativa normal, de acordo com os

números apontados por José Sócrates, cerca de 15 mil processos.

- Deixa de constituir crime a emissão de cheque sem provisão até 150 euros. No entendimento do Governo explicitado por Sócrates, "até 150 euros não se justifica mobilizar a tutela penal, com investigação e acção criminal, para algo que na prática se traduz numa mera cobrança de dívida". Recorrendo a números de 2003, o primeiro-ministro afirmou que para este tipo de crime houve 19.184 inquéritos findos com acusação e 8052 processos concluídos com julgamento. Só em Lisboa, segundo sublinhou, este tipo de processos absorve trabalho a 20 magistrados e dezenas de oficiais de justiça.
- Transformar em ilícitos administrativos, isto é, em contra-ordenações as transgressões e contra-venções ainda existentes, de que são exemplos as multas por utilização de transportes públicos sem bilhete ou a utilização abusiva da via verde nas auto-estradas. Ao retirar estas bagatelas processuais da competência dos tribunais para entidades

administrativas, o primeiro-ministro estima que aqueles possam ser aliviados em cerca de 13 por cento de todos os processos penais entrados, ou seja, cerca de 15 mil processos por ano.

- Tornar a residência do consumidor como critério para determinar a competência do tribunal em acções relativas ao cumprimento de obrigações. Segundo José Sócrates, esta medida "protege o consumidor, evitando que este seja obrigado a litigar num tribunal distante da sua residência, só porque a empresa tem a sua sede em comarca diferente" e "evita que a empresa seja favorecida por beneficiar da proximidade de um tribunal que se transforma no seu 'tribunal privativo'". Além disso, acrescentou, "permitirá uma melhor distribuição dos processos no território nacional, evitando a sua excessiva concentração em certos tribunais".
- Redução das férias judiciais de dois para um mês. Esta medida já tinha sido avançada aquando do debate do Programa do Governo.

CALENDÁRIO DE APRESENTAÇÃO DAS PRÓXIMAS PROPOSTAS

- Até ao último trimestre deste ano, entrega das propostas de lei para a revisão dos códigos penal e de processo penal, bem como do regime penal das pessoas colectivas.
- Até ao final de 2005, enviar para a Assembleia da República uma proposta de lei que permitirá a definição parlamentar das orientações de política criminal.
- Logo no primeiro trimestre de 2006, apresentar uma proposta de lei de revisão do regime dos recursos jurisdicionais.
- Ainda nesta sessão legislativa, apresentar uma proposta de lei sobre a responsabilidade civil extracontratual do Estado.
- Retomar a proposta de uma lei-quadro do sistema prisional, no sentido de se começar a dar seguimento às recomendações da comissão da reforma do sistema prisional, reforma essa que teve por principal responsável o professor Freitas do Amaral.

NOVA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O PSD apenas distorce o modelo actual, criando, artificialmente, condições de a candidatura ganhadora nas eleições municipais ter sempre a maioria, conservando dois órgãos do tipo assembleia, a funcionarem em duplicado, como agora já acontece, com a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal

A Assembleia da República acabou de discutir e votar, na generalidade, os projectos de lei eleitoral para as autarquias locais, tendo aprovado tanto o do PSD como o do PS, que agora baixam às comissões parlamentares para prossecução do processo legislativo.

Entre ambos os projectos de lei uma primeira diferença essencial é que o do PS encara uma reforma da natureza do sistema de governo municipal, distinguindo os órgãos deliberativo e executivo, tal como actualmente já sucede em todo o quadro do poder político em Portugal, designadamente nos órgãos de soberania, Governo e Assembleia da República, nos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e ainda nos órgãos representativos das freguesias.

Ao contrário, o PSD apenas distorce o modelo actual, criando, artificialmente, condições de a candidatura ganhadora nas eleições municipais ter sempre a maioria, conservando dois órgãos do tipo assembleia, a funcionarem em duplicado, como agora já acontece, com a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

Uma segunda diferença é que o PS, conexamente, propugna a limitação de mandatos de todos os presidentes de órgãos políticos executivos e para vigorar desde já, ao passo que o PSD a quer restringir apenas aos autarcas e para ter efeitos só lá para o ano 2017.

Como se sabe porque o líder fraco, Marques Mendes, está agachado perante o Presidente do PSD Madeira, Alberto João Jardim.

Mas — e é a isso que vimos —, uma terceira diferença é que o PS apresentou, simultaneamente, um outro projecto de lei tendo em vista reforçar os poderes, competências e meios de actuação da **Assembleia Municipal**.

Aqui o PSD falhou completamente, não nos acompanhando nesta exigência de qualificação do sistema e de reforço dos poderes da oposição, onde ela deve ter lugar, dignificando o seu estatuto e papel político, bem como abrindo novas perspectivas e formas de se pensarem, construírem e afirmarem as alternativas políticas.

No debate parlamentar não entrou este último projecto de diploma legal mas, na ocasião, o PS logo afirmou que iria usar os adequados poderes regimentais para agendar a sua discussão e votação para breve.

Então, vamos poder confrontar toda a oposição com as nossas propostas que pretendem dar à Assembleia Municipal uma nova vida e um novo fulgor.

Desde logo, temos a Mesa que passa a ter composição alargada com a presença dos vários grupos políticos e, por outro lado, temos a Comissão Permanente que funcionará a todo o tempo, fora dos períodos de sessão do plenário, e que acompanhará a actividade do Executivo com mais efectividade.

De igual modo, prevêem-se também as Comissões Especializadas, em razão da matéria, com possibilidades de recurso a apoio técnico, para análise de problemas com a devida profundidade e seriedade. E, também, a faculdade de a Assembleia constituir Comissões Eventuais de Inquérito, tendo por objecto assuntos de relevante interesse municipal.

No domínio da tutela, submete-se a Câmara Municipal à mais severa sanção em caso de recusa de prestação de informações ou de documentos, para acompanhamento e fiscalização da sua actividade.

Mas, o mais importante politicamente é, sem dúvida, o poder que a Assembleia ganha de aprovar a constituição do órgão executivo, quer de início quer em caso de remodelação, que o presidente pretenda empreender e, sobretudo, o poder de aprovar moção de censura à câmara, que pode determinar a alteração da composição desta.

OPINIÃO

MANIFESTO AUTÁRQUICO 2005

MODERNIZAR O PODER LOCAL E AVANÇAR PARA A REGIONALIZAÇÃO

O Partido Socialista tem uma “nova ambição” para “a segunda geração do poder local democrático” que passa pela adopção de um modelo institucional mais moderno e transparente, de um sistema de financiamento justo e adequado aos novos desafios e por um conjunto inovador de políticas vocacionadas para dar qualidade de vida às pessoas.

Este o compromisso desde já assumido no manifesto autárquico do PS, um documento que se encontra aberto a novos contributos e no qual os socialistas exprimem todo o seu empenhamento em levar a cabo “uma descentralização séria e efectiva”.

“Os municípios PS bater-se-ão pela concretização da Regionalização Administrativa e por um processo de contractualização séria e transparente das competências e dos recursos a transferir da administração central para as autarquias e para as Comunidades Urbanas e Intermunicipais”, lê-se no texto, onde também se prevê a definição de “políticas territoriais” com vista à “promoção da competitividade num contexto transfronteiriço.”

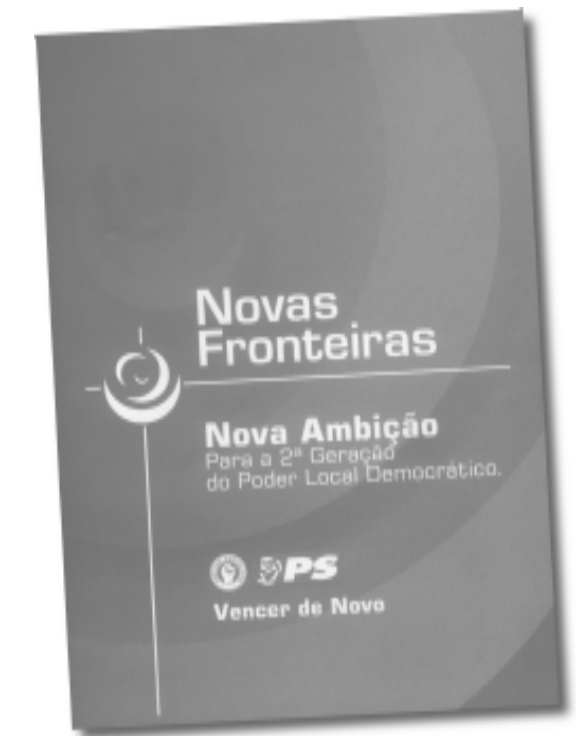
Também no âmbito institucional, os socialistas defendem para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto um modelo que permita dotá-las de “órgãos próprios com legitimidade democrática” e capacidade para intervir em domínios específicos.

Apostado na dinamização da cooperação intermunicipal, o PS advoga igualmente uma descentralização de competências alicerçada num pacto de desenvolvimento e gestão partilhada de responsabilidades entre a administração central e os municípios, visando objectivos a concretizar ao longo de todo o mandato de modo a afastar “a tradição de acções desgarradas de desresponsabilização em prejuízo do interesse dos cidadãos”.

Ainda no sentido da legitimação e da eficácia da governação autárquica, o nosso Partido vai trabalhar no sentido de promover alterações legislativas com o objectivo de reforçar os poderes de controlo e fiscalização das Assembleias Municipais, o que implica a adopção do princípio geral da homogeneidade e da limitação de mandatos executivos, bem como a revisão do quadro legal que regula a criação, o financiamento e a gestão das empresas municipais ou participadas pelas câmaras.

Já no que diz respeito ao modelo de financiamento que o PS visa implementar, a solução passa por uma nova Lei das Finanças Locais que acentue a solidariedade entre Estado e autarquias, defina os poderes tributários dos municípios e clarifique a responsabilidade na obtenção de finanças locais equilibradas que constituam um instrumento de desenvolvimento local.

“As autarquias de gestão socialista promoverão novos modelos de captação de recursos através da disponibilização de serviços a preço justo e da rentabilização de activos disponíveis”, garante o documento pelo qual é principal



responsável o camarada Carlos Zorrinho. Na proposta de manifesto também se reafirma a necessidade de lutar pela “transparência no acesso ao crédito” pelas edilidades e de valorizar o “trabalho fundamental das juntas de freguesia” no processo de modernização de Portugal.

Novo enquadramento para a política autárquica

Dado que o novo ciclo político iniciado em 20 de Fevereiro criou as condições necessárias para a retoma do caminho da descentralização, o PS aponta como prioridades no contexto da “segunda geração do poder local democrático” a consolidação de um impulso a políticas autárquicas pautadas pela inovação, pela ousadia e pelo esforço de criação e recuperação de infra-estruturas económicas e sociais básicas, em muitos concelhos.

Cumprindo as promessas de campanha, os socialistas não se furtam ao protagonismo que lhes cabe no processo fundamental de dinamização da economia e da criação de emprego.

Assim, os municípios PS assumirão em pleno o seu papel de “facilitadores e reguladores do desenvolvimento integrado da economia concelhia e dos territórios com ela articulados, e de garante da equidade e do equilíbrio ambiental.”

Propor-se-ão, por isso, criar oportunidades para a inserção e a realização pessoal/profissional das populações, promover políticas efectivas de igualdade de género, e incentivar o emprego social através parcerias com a sociedade civil.

Mediante uma gestão racional das acessibilidades e dos transportes de pessoas e mercadorias, bem como do

reforço da segurança em sentido lato, os autarcas socialistas darão garantias de qualidade de vida aos municípios. No projecto que propõe realizar para requalificar o território nacional, o PS terá em particular atenção a componente de reabilitação e recuperação de estruturas já existentes, no contexto global de desenvolvimento sustentado, aproveitando ainda complementaridades e sinergias entre concelhos.

“Os municípios PS assumirão uma nova ambição no uso dos instrumentos estratégicos de desenvolvimento, designadamente dos Planos Directores Municipais”, afirma-se no manifesto autárquico socialista, onde também se sublinha o carácter essencial da dinamização cultural e de áreas essenciais como o conhecimento, o desporto e mobilidade social.

Para construir uma “cidadania solidária”, os socialistas apoiar-se-ão no princípio da transparência nas relações com os municípios, sendo este objectivado pela difusão permanente de informação, por visitas e reuniões periódicas com os actores sociais, bem como pelos novos mecanismos de atendimento ao público suportados em novas tecnologias.

A abertura e incentivo a processos alargados de democratização do processo decisório em relação aos grandes documentos estratégicos da gestão autárquica com vista ao desenvolvimento do território, serão, a par da viabilização de uma “rede social como capacidade de resposta” aos problemas concretos das pessoas, as marcas desta política de proximidade que o PS se compromete manifestamente a encetar, num novo enquadramento da política autárquica.

COLÓQUIO NO PORTO

DEFENDER O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO



O regresso à ideia da criação das regiões administrativas marcou o discurso de grande parte dos oradores do colóquio do Porto de apresentação do manifesto autárquico do PS, que assenta numa nova geração de políticas ambiciosas para o poder local em torno de três eixos estratégicos: dinamização da economia, promoção da qualidade de vida e desenvolvimento de uma cidadania solidária.

"Centenas de pessoas estiveram aqui hoje numa conjura em defesa do poder local democrático", afirmou o coordenador nacional das autárquicas, Jorge Coelho, no encerramento do colóquio realizado sexta-feira no edifício da Alfândega, onde salientou que o manifesto socialista, alvo de críticas de alguns autarcas presentes, "é apenas um pontapé de saída, um documento inicial, um caminho sem verdades oficiais, preparado para levar pancada numa perspectiva positiva e com a ambição de ter políticas novas". Em defesa da imagem do Portugal democrático e do poder local, Jorge Coelho lançou duros ataques à candidatura de Avelino Ferreira Torres,

sem nunca pronunciar o nome do inenarrável autarca do PP; e apelou a todos os socialistas para que se unam em torno da recandidatura do actual presidente da Câmara de Amarante, Armindo Abreu. "O que vai estar em causa nas eleições em Amarante é uma vitória sobre o obscurantismo, sobre o populismo mais rasca que pode haver, que é uma vergonha para todos nós". Apresentado por Jorge Coelho como um dos grandes protagonistas de uma nova geração de políticas do poder local, Francisco Assis, anfitrião do encontro e candidato do PS à Câmara do Porto, defendeu o "regresso à ideia das regiões administrativas". O candidato e líder da Federação do Porto

recordou que este tema foi assumido como um compromisso pelo PS na campanha eleitoral para as legislativas e sublinhou o papel assumido pelos socialistas de "maiores paladinos das regiões administrativas". Referindo-se à sua estratégia para o Porto, Francisco Assis defendeu um "verdadeiro choque metropolitano", capaz de "construir as respostas" para problemas como a perda do poder de compra das famílias, o desemprego e a incapacidade de construir novas infra-estruturas. "Não há fatalidade na decadência da região do Porto", disse, sublinhando que é preciso "revalorizar a dimensão cultural e promover a educação", de forma a fazer de novo do Porto um centro de produção de conhecimento, uma região de excelência". Mostrando-se confiante numa vitória nas eleições de Outubro, Assis considerou que o que está em causa no Porto é "o combate da ambição contra a resignação", ou seja, "uma visão de futuro, cosmopolita, contra uma visão paroquial, apocada, fechada, voltada para o passado, protagonizado por Rui Rio". O candidato socialista considerou que em termos sociais há várias urbes dentro da cidade do Porto, sustentando que "não é aceitável a coexistência do Primeiro e do Terceiro Mundo na mesma

cidade". A ideia de realizar um referendo sobre a regionalização foi retomada por Miranda Calha, co-autor do manifesto, que disse ser necessário "passar por um processo evolutivo ponderado", no quadro de "um modelo institucional mais moderno" para as autárquias. Miranda Calha afirmou ainda que os órgãos criados nos últimos anos para descentralizar o poder "podiam significar uma descentralização mas não tiveram os meios, as competências ou mesmo a visão global que os sustentasse" e defendeu a necessidade de se "avanzar com um novo entendimento" sobre as áreas metropolitanas. Sobre as linhas gerais do manifesto autárquico socialista, Miranda Calha realçou que o documento aposta na "criação de uma nova geração de políticas autárquicas, aponta novas orientações e novos caminhos, ou seja, dá início a um novo ciclo". E sublinhou que o manifesto assenta em três eixos estratégicos: dinamização económica e criação de emprego, promoção da qualidade de vida e desenvolvimento da cidadania solidária.

Nada está ganho

Presente no colóquio, o ministro da Saúde, Correia de Campos, começou por deixar um alerta aos socialistas sobre o

processo eleitoral que agora se inicia, afirmando que "não se vence à boleia, nada está ganho, para vencer é preciso trabalhar, há muito para fazer". É que, avisou, "apesar de sermos o partido da rosa, não temos um mar de rosas à nossa frente até Outubro". Por outro lado, Correia de Campos fez questão de salientar que não são precisas mais leis para os municípios terem uma intervenção activa nas questões da saúde. "As nossas leis sobre descentralização da saúde estão todas feitas", disse, salientando que agora é preciso "ambição e criatividade" para as concretizar. E defendeu que é possível dividir os grandes centros de saúde em pequenas unidades que "fiquem na malha urbana, próximo dos cidadãos, onde estes possam ir a pé, e que estejam abertas, por exemplo, até às 22 horas". Também presente no colóquio, Isabel Pires de Lima, ministra da Cultura, fez uma "reflexão genérica" sobre articulações entre Governo e autárquias no plano cultural. Prometendo para breve a criação de um programa de apoio à difusão cultural envolvendo autárquias e associações locais, tendo como objectivo a itinerância de produções artísticas de vários géneros, Isabel Pires de Lima sublinhou que a cultura "deixou de ser

> vista como a cereja em cima do bolo, mas sim como um factor angular de desenvolvimento económico e social". E recordou que nos últimos anos as autarquias assumiram um papel acrescido na área da cultura, nomeadamente em articulação com o poder central, como aconteceu com a criação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, que permitiu o surgimento de "um novo e crescente modelo de bibliotecas municipais".

Outro dos oradores, o secretário de Estado do Poder Local, Eduardo Cabrita, afirmou que "os socialistas se orgulham das várias gerações dos seus autarcas, de Alberto Souto a Mário Almeida, e outros que dão exemplos de enorme dedicação cívica ao serviço das populações nas freguesias". E sublinhou que "o PS é a única força política capaz de lançar o mundo

de Aveiro, centrou a sua intervenção nos elogios ao poder local e nalgumas críticas ao manifesto autárquico. "Em três décadas o poder local cumpriu a esperança e mudou para muito melhor a vida de todos nós. É uma história de sucesso", disse, afirmando não compreender "a actual moda de atacar o poder local".

Sobre o manifesto, sublinhou que "há especificidades que não se podem misturar". E perguntou: "Em que medida é que as autarquias podem promover a economia e criar emprego num quadro em que lhes é pedida contenção de despesa e sobrevivência com receitas ordinárias?".

Já a promoção de uma cidadania solidária merece do autarca aveirense uma "nota positiva". Na sua intervenção, Alberto Souto teve ainda críticas à limitação de mandatos, lamentando que os deputados "não a imponham a

COLÓQUIO EM LISBOA

PS PROTAGONIZA PROJ

No grande auditório da Culturgest, em Lisboa, destacados militantes e dirigentes do PS reuniram-se no passado dia 30 de Abril para apresentar e debater ideias em torno da "Nova Ambição" que os socialistas se propõem conquistar: ganhar as eleições autárquicas de Outubro para, em coligação com os portugueses, encetar a segunda geração do exercício do governo autárquico democrático.



autárquico no desafio da inovação do conhecimento, no quadro de uma nova geração de políticas consubstanciadas no seu manifesto".

A bagunça das comunidades urbanas

Depois de rasgados elogios ao muito que foi feito pelo poder local ao longo de 30 anos, Eduardo Cabrita teve duras críticas à "bagunça das comunidades urbanas" lançadas pelo Governo anterior, sustentando que é preciso "acabar com a anarquelada em que cada ministério e em que cada organismo público se organiza por si próprio".

Por sua vez, Mário Almeida, presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde, considerou que as novas políticas autárquicas devem "pensar no imaterial, ou seja, intervindo na área ambiental, no apoio aos idosos".

E defendeu ser "fundamental que as autarquias assumam um papel mais relevante no ordenamento do território", bem como a criação da figura do "plano de pormenor estratégico".

Na sua intervenção, Mário Almeida insurgiu-se ainda contra aquilo que considera ser "uma cruzada" em curso no sentido de "descredibilizar o poder local".

Salientando que o projecto do PS é o que "tem servido melhor Portugal", apelou a todos os socialistas para que se "unam" para as próximas eleições de Outubro.

Já Alberto Souto, presidente da Câmara

si próprios".

Outra voz crítica foi a de Armindo Abreu, presidente da Câmara de Amarante. "Não pode haver uma segunda geração do poder autárquico enquanto não houver uma descentralização, e não haverá descentralização enquanto o poder central não confiar nos autarcas", disse.

E fez algumas críticas ao manifesto, nomeadamente quanto às questões do planeamento do território e à proposta de criação de emprego por parte dos municípios.

Armindo Abreu disse ainda estar preocupado com a qualidade da democracia, que "está a degradar-se, porque cada vez há menos investimento na cultura e na educação", acrescentando que "o desenvolvimento económico não se faz só à custa da formação profissional, mas também do ensino dos valores da cidadania, que é igualmente fundamental".

Na sua intervenção, o autarca reafirmou ainda a sua vontade de derrotar o populismo. "Em Amarante o fenómeno do populismo não vai vencer", disse. No colóquio também interveio a antiga vereadora da Câmara do Porto Maria José Azevedo, que defendeu ser fundamental que o Governo central e o poder local "trabalhem solidariamente" e que a Área Metropolitana do Porto seja portadora de um projecto que "abra caminho à regionalização".

Maria José Azevedo, que é a candidata do PS à Câmara de Valongo, afirmou ainda esperar "estar à altura do desafio".

J. C. CASTELO BRANCO

Ao abrir a sessão, António Vitorino fez logo questão de evidenciar que "o PS protagoniza um projecto vencedor" e quer relançar um movimento de reflexão sobre o poder local de forma a criar um modelo institucional novo, assente na limitação de mandatos, no financiamento transparente dos municípios, que seja público mas aberto ao contributo privado, e de uma acção governativa nas autarquias que dê prioridade ao emprego, ao desenvolvimento económico sustentado, à modernização administrativa e à qualificação das pessoas.

"Este é um projecto ambicioso, é certo, mas é também um projecto de responsabilidade", garantiu.

Já Carlos Zorrinho, um dos responsáveis pela redacção do manifesto intitulado "Nova Ambição", sublinhou a importância de um novo modelo de financiamento do poder local e reafirmou a proposta contida no programa eleitoral do PS de, "em tempo útil, avançar para a regionalização administrativa".

Explicando que o manifesto é "uma matriz programática que não pretende substituir os programas específicos de cada concelho", Zorrinho acrescentou que o texto consubstancia em linhas gerais "um compromisso do PS e dos seus autarcas".

Depois de apresentar as suas linhas orientadoras, salientou que novas ambições quer dizer perspectivar novas prioridades ao nível da gestão municipal, o que passa também por saber combinar harmoniosamente "rigor e sensibilidade social", porque o futuro do poder local implica uma aposta na proximidade, isto é, uma "relação afectiva com os cidadãos".

Por sua vez, Manuel Maria Carrilho pronunciou-se igualmente sobre a necessidade de apostar nas pessoas e "qualificar o debate público", propiciando uma consciência cívica crítica.

"É urgente proceder a uma avaliação do desenvolvimento autárquico que se debruce sobre os mais de 30 anos de poder local em Portugal", sugeriu, para vincar depois a necessidade de se encarar um novo paradigma do urbanismo em que "é preciso saber privilegiar objectivos face a meios, lidar com incertezas de forma racional e atender às diversas dificuldades e carências das populações".

Dirigindo-se à assistência na sua qualidade de candidato autárquico por Lisboa, Carrilho fez um balanço muito negativo, "quase penoso", da governação da "dupla Santana Lopes/Carmona Rodrigues" à frente da capital, acusando-a de se ter limitado a "um errático carrossel de anúncios e a decisões pouco ou nada fundamentadas".

Para a cidade, o deputado socialista apresentou uma primeira prioridade: "tolerância zero ao estacionamento selvagem".

A preferência pela reconstrução e reabilitação em detrimento do "construir novo", a racionalidade na gestão dos espaços urbanos, em especial das zonas verdes, e a reconquista da confiança dos lisboetas foram também metas antecipadas pelo candidato socialista para que Lisboa seja uma "capital com futuro".

Parceria estratégicas entre autarquias e Governo

Também presente na Culturgest esteve o ministro das Obras Públicas, que enalteceu a importância dos municípios serem "verdadeiros parceiros" da Administração Central. Mário Lino partilhou com a assistência as suas preocupações sobre as infra-estruturas de transporte, naquilo em que elas afectam a vida das autarquias.

"São muitos os projectos que temos para avançar, mas todos eles — revestidos de importância crucial — exigem uma coordenação, cooperação e aproximação entre municípios baseadas numa visão técnica mais alargada ao nível das Áreas Metropolitanas ou das associações", defendeu, ressaltando que estes projectos não podem resumir-se à "soma das funções optimizadas de cada município", porque o que se pretende é que sejam "consensuais" e "amplamente participados", que não estejam sujeitos a "alternância de mandatos e de cores partidárias, nem mesmo às vontades atomizadas dos municípios".

Já Maria da Luz Rosinha, seguindo de perto as observações do governante, advogou a necessidade de se implementar "outro modelo de financiamento" para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, "por forma a



conferir-lhes a legitimidade democrática de que carecem e preparar, assim também, o caminho para a sua transformação numa região".

A edil vilafranquense sublinhou o carácter imperiosos de se "assumir os executivos camarários como governos locais e parceiros de excelência da Administração Central, "conferindo-lhes ainda meios adequados e suficientes para dar conta das suas responsabilidades acrescidas".

Para Luz Rosinha, é urgente avançar com um sistema de financiamento municipal que liberte as autarquias da dependência das taxas e dos movimentos de construção imobiliária, com uma política global e coerente de ordenamento do território que ponha um travão à desertificação, colocando também em marcha uma estratégia de mobilidade para os cidadãos, sem descuidar as políticas ambientais associadas à protecção civil.

Partidária de uma nova Lei Eleitoral que garanta mais estabilidade e de um modelo de gestão local que tenha por base um novo quadro financeiro para as autarquias, a presidente da Área Urbana de Lisboa frisou, ao fechar a sua intervenção, que um Governo de esquerda tem que ter as pessoas sempre em primeiro lugar, pelo que deve incluir no topo das suas prioridades ao nível nacional e local a "eficiente coordenação de planos de integração social com políticas de emprego e qualificação".

Por sua vez, o titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da

PROJECTO VENCEDOR



Silva, colocou a tónica da sua comunicação no designio do PS de não perder o seu "enraizamento local".

Protagonismo dos municípios nas redes sociais

Apresentando cinco breves reflexões, Vieira da Silva saudou o manifesto autárquico do PS por assumir as câmaras como instrumentos fundamentais para um "desenvolvimento integrado em contexto de crise", aconselhou a criação de "um movimento dinamizador onde os municípios ocupem o lugar central", defendeu a atribuição de um papel "protagonista" às autarquias num novo contexto de competitividade e sublinhou a necessidade de desenvolver a capacidade de criar emprego a nível local.

"Nenhuma oportunidade deve ou pode ser perdida", alertou o governante, para quem Portugal não pode continuar a conviver com o desemprego a aumentar, sendo precisa "uma política de empregos de qualidade no plano autárquico". A terminar, o ministro do Trabalho e da Solidariedade afirmou que as câmaras devem ter uma importante palavra a dizer no planeamento e na constituição das redes de equipamentos e serviços sociais, como "garantia de equidade" na repartição de recursos.

Por sua vez, Maria Amélia Antunes, autarca do Montijo e líder da Federação

do PS de Setúbal, disse que o manifesto deve ser "um ponto de partida para pensar global e agir local".

A dirigente socialista apresentou, depois, dez razões para uma política autárquica moderna, que passam pela humanização das cidades e dos territórios, pela introdução de auditorias externas para avaliação da gestão autárquica, pela credibilização e responsabilização políticas, pelo reforço do intermunicipalismo, pela aliança entre descentralização e regionalização, pela defesa das identidades culturais e do património, por um novo modelo de gestão autárquica, pela racionalização dos recursos humanos e pela qualificação dos mesmos de forma sustentada.

PS deve liderar novo ciclo autárquico

Liderança, visão, diferenciação e governança foram as palavras-chave trazidas à discussão pelo secretário de Estado do Ordenamento do Território, João Ferrão, para quem "o PS tem o dever e a missão de liderar a abertura de um novo ciclo – o segundo – de poder local democrático".

Defendendo um estilo de liderança autárquica mais exigente e profissional, assente no trabalho de equipa, o governante manifestou-se favorável à renovação das chamadas "questões

centrais" da gestão autárquica, propondo uma "visão moderna", mais global e abrangente, que tem como elementos essenciais as temáticas relacionadas com a organização em rede, o conhecimento, a informação, a comunicação, entre outras.

Sublinhando a importância de valorizar o património diferencial de cada concelho, potenciando um futuro diversificado, Ferrão advogou, por último, a conjugação do melhor que têm as democracias representativas e participativas num conceito de governança mais amplo e pragmático/deliberativo.

A fechar as intervenções desta sessão do Fórum Novas Fronteiras do Poder Local, o camarada Fonseca Ferreira exortou o PS a "assumir compromissos firmes no processo de mudança da gestão autárquica", na defesa da transparência, mas também na "adequação dos recursos materiais e humanos das câmaras às suas novas competências".

O reforço das associações de municípios, a redução de organismos e da Administração Pública central, valorizando a "Administração Regular", e a regionalização planificada e ponderada como processo gerador de "entidade intermédia de gestão local" foram as ideias avançadas por Fonseca Ferreira, ao concluir a sua reflexão.

MARY RODRIGUES

COELHO DESMENTE "EXPRESSO"

SOCIALISTAS APOSTARÃO NO MELHOR CANDIDATO PARA GANHAR OEIRAS

Vencer em Oeiras e derrotar Teresa Zambujo e Isaltino Morais é um objectivo declarado e assumido pelo PS no quadro das eleições de Outubro e, para isso, "apostará no melhor candidato".

A garantia foi dada por Jorge Coelho, coordenador autárquico socialista, no colóquio sobre as Novas Fronteiras do Poder Local, realizado em Lisboa, onde desmentiu, categórico, uma notícia publicada no semanário "Expresso" segundo a qual o candidato independente a Oeiras, Isaltino Morais, teria garantias de que o PS o apoiava implicitamente, apresentando um candidato fraco ao município.

Na ocasião, o dirigente socialista criticou também o PCP por "fazer fretes à direita e servir de muletas" em municípios como Sintra e Barreiro

"Estas atitudes não são de quem é de esquerda", declarou, ressaltando, porém, que respeitava a opção dos comunistas "de romper as negociações na capital". Apontando o PSD como principal adversário do PS neste combate autárquico, Jorge Coelho explicou que os socialistas têm "outros adversários". "São os responsáveis pelo imobilismo



e pelo atraso ao nível local", frisou, acrescentando depois: "Esses responsáveis têm uma cara aqui em Lisboa: O

Partido Comunista Português" pelo que "é chegada a altura do PS vencer na capital".

Na sessão do Fórum Novas Fronteiras dedicada ao poder local, Jorge Coelho sublinhou a necessidade de os

socialistas encontrarem "não só novas políticas, como novos protagonistas".

Só faltam 20 candidatos

O coordenador nacional do PS para as eleições autárquicas de Outubro, Jorge Coelho, afirmou que estão apenas por definir os candidatos socialistas à presidência de cerca de 20 municípios de todo o país. Jorge Coelho, que falava à entrada do colóquio de apresentação do manifesto eleitoral do PS realizado na Alfândega do Porto, referiu este número em resposta a perguntas dos jornalistas sobre o caso de Matosinhos.

"Esse caso não é diferente dos outros 19 municípios sem candidato definido", frisou Jorge Coelho.

E adiantou que "a seu tempo Matosinhos terá um candidato forte", reiterando que não serão nem Narciso Miranda nem Manuel Seabra.

O dirigente socialista assegurou ainda que em todos os municípios onde ainda não há candidatos o processo está a desenrolar-se "com tranquilidade e serenidade, discutindo todas as questões".

M.R./J.C.C.B.

LEVAR A JUSTIÇA A SÉRIO

Reduzir a criminalização dos cheques carecas e tentar desviar do sistema judicial a cobrança de dívidas de valor mais reduzido parece-me um bom princípio. Não faz sentido transformar o sistema de justiça num sistema de cobranças, que ainda por cima funciona mal.

José Sócrates escolheu, e bem, o tema da justiça para a sua estreia no debate mensal na Assembleia da República. E o facto de o fazer num momento em que, reconhecidamente, goza ainda do habitual "estado de graça" concedido ao Governo nos primeiros meses de trabalho — hábito interrompido, por culpa própria, com Santana Lopes e Durão Barroso — não pode deixar de ter uma leitura política importante. Muitas vezes a escolha dos temas para os debates mensais, e isso foi prática recorrente com Durão Barroso, incidiam sobre matérias politicamente inócuas, numa tentativa de condicionar o debate parlamentar,



MARK KIRKBY

desviando-o de assuntos incómodos para o Governo. Neste caso, em estado de graça, a escolha da justiça como primeiro grande tema só pode significar que ela constitui, efectivamente, uma aposta forte de José Sócrates. Este facto, só por si, é de extrema importância. Durante muito tempo grassou na sociedade portuguesa um menor interesse relativamente aos problemas da justiça. É um daqueles temas que só interessa no imediato àqueles que, por uma razão ou outra, se vêem a braços com problemas judiciais. E a maior parte das pessoas, ao contrário do que sucede com os problemas do emprego, do ensino, da saúde ou da habitação, não tem problemas directos e pessoais de maior com a justiça. E, portanto, as questões da justiça e os investimentos feitos nesta área acabam por ter, tal como por exemplo na defesa, pouco retorno político imediato.

No entanto, factos vários ocorridos no passado recente e a luta incansável dos diversos agentes envolvidos na vida judiciária têm mudado este panorama. Dois factores parecem ter contribuído de forma acentuada para a tomada de consciência colectiva de que a justiça deve ser uma prioridade. Em primeiro lugar, os portugueses vão tomando consciência de que uma justiça justa e célere, no plano penal, é uma condição de modernidade e civilizacional. É como se hoje, depois da crise aberta no sistema penal e de investigação judiciária, fruto de processos mediáticos que trouxeram ao conhecimento do público autênticas chagas judiciais (como os abusos nas prisões preventivas, os défices ao nível da investigação e da produção de prova, a incompetência de muitos magistrados, a morosidade, a imprevisibilidade tipo roleta russa do desfecho de um processo-crime), os portugueses passassem a ter vergonha, na sua consciência de pertença a uma Europa avançada, a uma Europa dos direitos.

Por outro lado, há cada vez mais a percepção de que a morosidade e a ineficácia da justiça civil constituem lastros ao desenvolvimento económico, à competitividade das empresas e, sobretudo, à competitividade do país na captação de investimento estrangeiro. É difícil pedir a uma empresa alemã que se estabeleça em Portugal, quando esta sabe que no caso de ter que cobrar judicialmente um crédito pode ter que esperar anos, ou mesmo não o conseguir de todo.

Neste sentido, o caminho que começou a ser trilhado pelo PS parece-me auspicioso. Não se proclama estafadamente uma reforma global da justiça — os problemas são tantos e a níveis tão diversos que não há "reforma" global que possa ser feita de um dia para o outro — mas propõem-se um conjunto de medidas destinadas a resolver problemas concretos que contribuem para a situação de caos instalada.

Reduzir a criminalização dos cheques carecas e tentar desviar do sistema judicial a cobrança de dívidas de valor mais reduzido parece-me um bom princípio. Não faz sentido transformar o sistema de justiça num sistema de cobranças, que ainda por cima funciona mal. Se queremos uma justiça que funcione haverá que não pedir à justiça aquilo que ela não pode dar. É responsabilizar os agentes. Perde-se confiança no cheque? Os comerciantes têm que estar mais atentos. O comércio hoje não depende tanto dos cheques. E que dizer das empresas de telemóveis ou a TV Cabo que facilitam por todos os meios a celebração de novos contratos, sem se acautelarem quanto a solvabilidade dos clientes e que depois inundam os tribunais com cobranças a oito? Que olhem para o que sucede no sector dos empréstimos bancários ou nos seguros para perceberem que os tribunais, em termos de garantia, devem ser a última e não a primeira instância. É pouco? Sem dúvida. O bastonário da Ordem dos Advogados tem razão quando chama a atenção para a necessidade de reformar a acção executiva, sem a qual qualquer sentença de um tribunal serve de pouco mais do que para emoldurar e pendurar na parede. O sistema prisional deve ser uma prioridade, porque faz lembrar por vezes o que de pior há no terceiro mundo. A formação dos juizes deve ser repensada de alto abaixo. Mas convenhamos: o facto de este tema ter sido lançado para a linha da frente na abertura dos trabalhos parlamentares constitui um inequívoco sinal de esperança.

OPINIÃO

ENTREVISTA A JOSÉ APOLINÁRIO

UM PROJECTO DE CONFIANÇA PARA A CAPITAL ALGARVIA

Faro tem que ser uma referência no Sudeste ibérico e um pólo turístico cultural. Esta é a ambição de José Apolinário para a capital algarvia. Por isso se candidata à presidência da autarquia local e também para dar uma nova qualidade de vida aos farenses, com quem quer estabelecer um contrato de confiança.



No seu manifesto fala de um ideia nova para Faro. Que ideia é essa?

Faro é a capital do Algarve, mas precisa de afirmar essa capitalidade na cultura, no ambiente, na política social, no turismo cultural e urbano, numa ligação mais efectiva com a Ria Formosa. Faro não é nem pode ser uma cidade limitada a uma lógica regional, deve sim afirmar-se como pólo de desenvolvimento de dimensão nacional e europeia, posicionando-se como cidade de referência no contexto do Sudeste da Península Ibérica.

Quais os principais pontos do "contrato de confiança" com os cidadãos de todo o concelho que tenciona apresentar?

Uma aposta na valorização de Faro como pólo de turismo cultural, dinamização da vida do coração da cidade, com um projecto estruturante na área cultural, mobilizando os agentes culturais da cidade e do concelho, concretização da Agenda Local 21 do concelho de Faro, melhoria da capacidade de estacionamento na cidade, intervenção no Parque Ribeirinho, uma nova ligação com a Ria Formosa, designadamente ultrapassando a barreira física que separa Faro da Ria, uma política de solidariedade efectiva dirigida aos mais idosos e aos jovens e crianças, cobertura do concelho do sistema de saneamento

básico, definição de projectos concretos a concretizar em cada freguesia do interior, projecto autárquico para o desporto e juventude, medidas de apoio às empresas e à criação de emprego no concelho. Queremos apresentar um contrato aos cidadãos do concelho de Faro, dentro de um objectivo estratégico de afirmação de Faro e de melhoria da qualidade de vida dos farenses.

Do seu ponto de vista, quais os problemas mais prementes com que Faro se defronta?

O maior problema da actual gestão autárquica é a falta de projecto. Faro está sem projecto, o actual presidente não tem um projecto de cidade. É certo que concretizou obras vindas do PS, as quais serão mesmo as únicas a inaugurar até às eleições, mas a Câmara Municipal está sem projectos, não se sabe que caminho trilhará no futuro, a resolução de problemas é casuística. A falta de estacionamento, a falta de equipamentos sociais para os mais idosos, para as crianças e para a juventude, a ausência de uma estratégia ambiental, a falta de vida do coração da cidade, o afastamento sistemático dos empresários da autarquia, eis apenas uma pequena lista dos problemas da autarquia farenses.

O Governo PS viabilizou o projecto Faro Capital Nacional da Cultura.

Qual o significado desta iniciativa para Faro?

A escolha de Faro para Capital Nacional da Cultura foi assumida em 2001 pelo Governo do PS e resultou de um trabalho consistente e com projecto cultural do então executivo municipal de Faro. Com o PS Faro foi notícia pela realização de "Faro Cidade de Poetas", atribuição do patronato da nova Biblioteca Municipal a António Ramos Rosa, projecto do novo Teatro Municipal, recuperação do Teatro Lethes, instalação em Faro do grupo CAPA (dança contemporânea e artes performativas), consolidação do papel da ACTA, início de actividade da Orquestra do Algarve, tudo no contexto de um contrato de cidade com as instituições oficiais e agentes culturais cuja concepção foi trabalhada entre o então Ministro da Cultura, José Sasportes e o então executivo camarário socialista.

É verdade, mas a iniciativa esteve em risco de não se realizar.

Nos últimos anos Faro correu o risco de perder esta oportunidade, por atrasos na conclusão do novo Teatro Municipal (deliberadamente atrasado para o ano de 2005) e por falta de projecto cultural da própria autarquia. Felizmente o Governo PS e em concreto a senhora ministra da Cultura e o senhor secretário de Estado agarraram o dossier, asseguraram a realização da iniciativa e conseguem agora programar para Faro um grande evento de ministros da Cultura da Europa.

Que comentário lhe merece a anunciada lei de limitação de mandatos?

Sou favorável, muito embora admita que a limitação de mandatos deva ser mais alargada. Mas não podemos colocar o tema apenas no âmbito autárquico. Pelas autarquias têm passado cidadãos que depois desempenharam funções no Governo e até na Presidência da República. A linha é pois de renovação e valorização da função autárquica.

MONTIJO

MARIA AMÉLIA ANTUNES AVANÇA COM RECADIDATURA

Motivada pela confiança que os montijenses depositaram no projecto socialista para o concelho e em resposta ao compromisso político e militante com o PS, Maria Amélia Antunes decidiu recandidatar-se à presidência da autarquia local. Expondo "dez razões objectivas" para a sua continuidade à frente da Câmara Municipal do Montijo, a candidata venceu à Imprensa local a sua aposta nas pessoas, na educação e na formação como desígnios de um futuro mandato. "Uma das nossas grandes prioridades vais ser, efectivamente, a construção da nova escola profissional, cujo objectivo é que venha a ser um centro tecnológico", adiantou.

A política de intervenção social do município, disse, "passará por políticas de integração que respondam às dificuldades do nosso tempo". "Pensar globalmente para aplicar localmente", aprofundar a relação com as universidades, diversificar a base produtiva do concelho, tornar a cidade mais competitiva e ligada às novas tecnologias e às novas actividades económicas e industriais, melhorar a gestão dos espaços agrícolas e silvestres, contribuir para uma crescente participação dos cidadãos e credibilizar a política são outras metas traçadas por Maria Amélia Antunes. Este "projecto de desenvolvimento para

o Montijo" que tenciona construir "terá pernas para andar no futuro", assegurou, acrescentando que "temos que encontrar tempo para passar o testemunho aos mais novos". A proposta de recandidatura de Maria Amélia Antunes para um terceiro mandato à frente da autarquia do Montijo nas eleições de Outubro foi aprovada por maioria na Comissão Política Concelhista local. Amélia Antunes é licenciada em Direito, militante do PS desde 1983, iniciou a carreira no movimento sindical e foi deputada à Assembleia da República, exercendo actualmente, a nível partidário, a liderança da Federação do PS/Setúbal.

CARRILHO ANUNCIA JORNADAS DE MAIO POR LISBOA

Criar uma "capital solidária, competitiva e cosmopolita" passa por avançar com um projecto participado e fundado no conhecimento sobre a cidade e seus problemas, com um método criterioso de apresentação de soluções integradas. Esta é a marca da mudança na proposta para Lisboa que, Manuel Maria Carrilho garante, sairá vitoriosa, mesmo sem coligações, nas próximas autárquicas de Outubro.

E porque abrir o projecto à participação da sociedade civil implica auscultar as opiniões e debater pontos de vista, o candidato socialista à presidência da Câmara alfacinha arranca, já hoje, com a primeira iniciativa de candidatura: as jornadas "Um Projecto para Lisboa".

Um projecto "dinâmico e eficaz" deve "envolver todos aqueles que o vão construir", pelo que "é necessário que a discussão dos temas que mais preocupam os lisboetas seja alargada, que desça aos bairros, às colectividades e associações, às juntas de freguesia", defendeu Carrilho, em conferência de imprensa no largo do Rato, para depois responsabilizar "a gestão municipal da dupla Santana Lopes/Carmona Rodrigues pelo caos urbanístico" que se vive na cidade, produto de decisões tomadas "casuisticamente e ao sabor de caprichos pessoais e de promessas mediáticas".

No seu "particular exercício do governo

local", esta dupla de "vaivém" demonstrou um "deficiente conhecimento dos problemas com que os lisboetas se defrontam todos os dias e prova disso é, entre muitas outras, o caso do Túnel do Marquês", acusou.

O balanço da acção executiva do PSD ao longo dos últimos três anos e meio aponta, segundo Manuel Maria Carrilho, para uma Lisboa "bloqueada, sem liderança, sem projecto ou método".

Para o candidato socialista à capital, é preciso dizer o que se pensa e fazer o que se diz". Para isso, nas jornadas de Maio serão encetadas as discussões sobre o concelho, "sem esquecer ter sempre presente uma visão global da cidade".

"Começaremos por abrir o debate de Maio com alguns dos que mais têm salientado na defesa da qualidade de vida dos lisboetas, que publicamente têm advogado ideias e apresentado soluções que apontam para um novo conceito de vida urbana, mais humana e atractiva", anunciou.

Assim, durante este mês, todas as quartas-feiras e sábados realizar-se-ão reflexões sobre diversas matérias, complementadas com visitas e contactos com a população e as realidades do concelho.

Na sessão de abertura das jornadas, Carrilho fará "o anúncio de uma nova prioridade para Lisboa".



Os restantes sete encontros versarão sobre urbanismo e qualidade de vida (dia 7, CCB, 10h-13h), solidariedade (dia 11, Culturgest, 17h-20h), mobilidade (dia 14, Culturgest, 10h-13h), cultura e património (dia 19, Culturgest, 17h-20h), competitividade (dia 21, CCB, 10h-13h), participação e cidadania (dia 25, Culturgest, 17h-20h).

O encerramento das Jornadas de Maio está marcado para o dia 28, na sala 2 da Culturgest, entre as 10 e as 13 horas.

Estes debates semanais contarão com a participação de Maria de Belém Roseira, Augusto Mateus e de José António Pinto Ribeiro, presidente do Fórum Justiça e

Liberdade.

Segundo Manuel Maria Carrilho, durante os primeiros dias de Junho, e sumariado este "momento síntese de estudos sobre o futuro da cidade", anunciar-se-ão as linhas programáticas da sua candidatura à liderança do executivo municipal de Lisboa.

A certeza de vencer

No final da Conferência de Imprensa e em resposta às questões levantadas pelos jornalistas sobre interrupções das negociações entre o PS e o PCP com vista a uma candidatura coligada a

Lisboa, Carrilho manifestou-se convicto de que ganhará a Câmara sem o apoio dos comunistas.

"Fizemos um esforço para manter a coligação, mas estamos desde o princípio convictos de que podemos ganhar sozinhos", disse, recusando que o fim da coligação de esquerda na capital fragilize a sua candidatura.

"O que faz uma candidatura fraca ou forte é o conteúdo do seu projecto. Obviamente há razões políticas, mas o que conta é a força da mobilização", sustentou.

Manuel Maria Carrilho frisou que "não há eleitorado cativo do PS ou do PCP" e afirmou que a sua candidatura se dirige "a todo o eleitorado de Lisboa".

"Esperamos convencê-los a votar em quem pode mudar a cidade e só há dois candidatos possíveis, o do PS e o da direita", afirmou.

Recorde-se, a este propósito, que o secretário da Organização do PS e membro da Comissão Permanente, Marcos Perestrello endereçou uma carta aos dirigentes do PCP onde lamentava a ruptura do diálogo para uma coligação de esquerda para Lisboa nas autárquicas de Outubro, explicando, porém, que a incompatibilidade residia no facto do PS querer uma coligação para o futuro e o PCP se bater por uma coligação do passado.

MARY RODRIGUES

CANDIDATURA SOCIALISTA LANÇA "FÓRUM CALDAS COM AMBIÇÃO"

A candidatura socialista à presidência da Câmara das Caldas da Rainha, liderada pelo deputado António Galamba, vai lançar o "Fórum Caldas com Ambição", cuja primeira sessão terá lugar no próximo sábado, dia 7, na Sociedade Os Pimpões, com a presença de António Vitorino.

Segundo António Galamba, o Fórum pretende ser um espaço "aberto a todos os cidadãos que queiram contribuir para a construção de uma alternativa política à actual maioria autárquica PSD".

No âmbito desta iniciativa, o PS propõe-



se realizar 12 debates temáticos durante Maio e Junho, abordando assuntos como as políticas sociais, educação, ambiente e qualidade de vida, urbanismo e ordenamento do território, saúde e termalismo e desenvolvimento rural.

Além de elaborar "um diagnóstico" sobre a situação nas várias áreas, o objectivo do Fórum é o de produzir um documento denominado "Compromisso com os caldenses" que servirá de referência ao programa eleitoral dos socialistas, candidato António Galamba.

VILA NOVA DE POIARES

CONCELHIA CONFIAM EM ANTÓNIO MIGUEL PARA PRESIDENTE DA CÂMARA

Com um *currículo* que é "garantia de competência, honestidade e honorabilidade cívica", António Miguel é o candidato a "presidente de todos os poiarenses" pelo PS.

Convictos de que à frente da Câmara de Vila Nova de Poiares, este "filho da terra" se pautará a seu desempenho público "pela defesa da liberdade, da igualdade, da justiça e da solidariedade", bem como "pelo desenvolvimento harmonioso do concelho, pela defesa dos mais desfavorecidos, pela educação, pela cultura e saúde", os socialistas apresentam-no

como a sua aposta "para vencer na autarquia" em Outubro próximo.

"António Miguel tem projectos concretos para a câmara", anuncia o PS local num comunicado em que também reafirma a sua confiança na futura actuação executiva deste socialista que, assegura-se, "terá sempre por base os princípios democráticos e a igualdade de oportunidades".

"Todos os poiarenses, qualquer que seja a sua convicção política ou religiosa são chamados a colaborar na construção desta terra de todos nós", lê-se no texto

emitido pela Comissão Política Concelhia do PS.

O PS de Poiares sabem que com "António Miguel como autarca" os trabalhadores da câmara serão responsáveis e responsabilizados no desempenho das suas funções, respondendo pelos actos que praticarem".

"Nunca afastaremos seja quem for das funções que desempenhe, desde que seja honesto, competente e responsável, ainda que assuma princípios políticos diferentes dos nossos", asseguram, por último, os socialistas.

ODIVELAS

SUSANA AMADOR DISPONÍVEL PARA CONSOLIDAR PROJECTO SOCIALISTA NO CONCELHO



Susana Amador apresentou-se como candidata à presidência da Câmara de Odivelas. Em declarações à imprensa, a deputada socialista afirmou que o facto de ter recolhido o consenso do PS para a sua candidatura e a forte motivação para o cargo e para a consolidação da "excelente" obra socialista no concelho foram fundamentais para avançar pela autarquia nas eleições de Outubro. Com um percurso político de 14 anos em assembleias de freguesia, municipais e agora também na da República, Susana

Amador, residente no concelho há 30 anos, considera-se uma candidata com "uma visão integrada dos problemas do concelho".

"Posso consolidar aquilo que foi feito" pelo actual presidente da Câmara de Odivelas, assegurou, destacando que o gestão socialista da câmara conseguiu erradicar 50 por cento das barracas num dos concelhos do país com mais bairros clandestinos.

A licenciada em Direito de 38 anos disse ainda que a apresentação da candidatura serviu para esclarecer alguns mal-entendidos, nomeadamente o de que se estava a candidatar para, dentro do período de seis meses permitido por lei para os parlamentares poderem regressar ao Parlamento, vir a renunciar à presidência da autarquia, no caso de ser eleita.

Salientando que se "rege por valores e convicções" e que pauta a sua actuação e imagem por "seriedade e competência", Susana Amador garantiu que essa hipótese está "completamente fora de questão".

Ainda sem programa eleitoral concluído, a candidata afirmou não querer propor "um projecto autista" e sim convidar a população para a elaboração do mesmo.

Segundo o presidente da concelhia do PS de Odivelas, Vítor Peixoto, Susana Amador foi a primeira opção do partido para a autarquia, uma vez que o actual edil, Manuel Vargas, de 62 anos, alegou, em Setembro do ano passado, querer iniciar outro ciclo na sua vida.

LAGOS

JÚLIO BARROSO PROPOSTO PARA SEGUNDO MANDATO AUTÁRQUICO

O independente Júlio Barroso manifestou-se disponível para aceitar o convite do PS para continuar a liderar o Executivo municipal de Lagos.

À Imprensa, o edil associou as razões da sua recandidatura a um segundo mandato com a vontade prosseguir a mudança e a necessidade de concretizar os projectos já encetados nas áreas sociais, de educação, culturais, ambientais e de identidade histórica.

O actual presidente da Câmara de Lagos afirmou também que a sua proposta implica "assegurar a continuidade da política de coesão do concelho", e desencadear projectos de "desenvolvimento económico, de educação e de emprego".

A aposta dos socialistas na recandidatura de Júlio Barroso, já aprovada pela Comissão Política Concelhia de Lagos, tem por objectivo consolidar a votação conseguida em 2001, quando venceu com maioria absoluta com 44 por cento dos votos.

FELGUEIRAS

JOSÉ CAMPOS QUER MARCAR A DIFERENÇA NA GESTÃO MUNICIPAL

Depois das atribuições do último mandato autárquico, o PS decidiu-se pela entrada em cena de novos protagonistas e apresentou José Campos como candidato à Câmara de Felgueiras. Assumindo todas as questões do passado, José Campos assegurou que a campanha socialista vai ser feita à sua "imagem e semelhança" e que na sua candidatura "não há fantasmas". Na sessão de apresentação da sua candidatura realizada no passado dia 1 no cine-teatro local, o cabeça de lista do PS considerou que "é chegada a hora para que Felgueiras seja ressarcida pelo que não lhe deram" nos últimos anos os políticos "ao mais alto nível da governação".

Presente também na cerimónia, o presidente da Federação do Porto, Francisco Assis, elogiou o trabalho feito desde então para pacificar o PS local e recordou a célebre noite em que foi perseguido pelas ruas de Felgueiras para considerar que "aquilo só podia ter acontecido naquela noite, em que os ânimos estavam exaltados". Mas, acrescentou, "nunca confundi isso com os felgueirenses", acrescentou.

A cerimónia contou ainda com a presença de Carlos Zorrinho, com quem José Campos trabalhou directamente quando aquele era secretário de Estado. Professor do ensino secundário aposentado, José Campos foi vereador em permanência na Câmara de Felgueiras durante oito anos, e vereador em regime de não permanência na mesma autarquia, durante sete anos.

Actualmente, é membro do Conselho Municipal de Segurança e membro da Comissão do Rendimento Mínimo do concelho de Felgueiras.

SANTO TIRSO

PS VOLTA A CONFIAR EM CASTRO FERNANDES PARA A VITÓRIA

A Comissão Política Concelhia do PS de Santo Tirso aprovou, por unanimidade, a recandidatura de Castro Fernandes à presidência da câmara local.

Vereador e vice-presidente da autarquia tirsense desde 1983, Castro Fernandes assumiu a presidência em 1999, quando Joaquim Couto, o então edil, foi nomeado governador civil do Porto.

Eleito pela primeira vez em 2001 com maioria absoluta, Castro Fernandes "possui um vasto currículo político, profissional e social" sendo por isso considerado pelos socialistas "o candidato natural, com provas dadas". "A aposta de Castro Fernandes foi sempre no sentido de melhorar a qualidade de vida no concelho, colocando os munícipes à frente de tudo, tendo recusado, como é público, sucessivos convites de ordem política e técnica", afirma, em comunicado, a concelhia do PS.

Licenciado em engenharia civil, António Alberto Castro Fernandes exerceu, entre outras funções, as de presidente do Conselho de Administração da Associação de Municípios do Vale do Ave em 2000 e 2002, administrador das empresas Águas do Cavado e Águas do Ave e vice-presidente da Associação das Colectividades Têxteis da Europa (2000 e 2002). Acumula ainda a presidência da Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente (CAID), é membro da Comissão Política Nacional do PS e presidente da concelhia socialista de Santo Tirso.

A recandidatura à Câmara foi aprovada por unanimidade, em votação secreta e justifica-se, segundo considera o PS/Santo Tirso, porque "Castro Fernandes mostrou aos eleitores obra feita e mereceu a confiança e o respeito da maioria dos habitantes do concelho, destacando-se claramente no seio dos resultados conseguidos pelo PS a nível distrital e nacional".

COIMBRA

FEDERAÇÃO RATIFICA CANDIDATURAS EM 13 CONCELHOS

A Comissão distrital do PS de Coimbra ratificou, por unanimidade, as propostas de candidaturas às autárquicas de apresentadas pelas 13 concelhias socialistas.

Assim, além de Victor Baptista, na sede de distrito, o PS optou por recandidatar Jorge Bento (Condeixa), Ivo Portela (Tábua) e Fernando Carvalho (Lousã).

Os socialistas voltam a confiar nos presidentes de Câmara Municipal de Cantanhede, Rui Crisóstomo, e de Mira, João Reigota para voltarem a presidir aos

destinos destes municípios.

António Miguel (Vila Nova de Poiares), Mendes Lopes (Penela), Fernando Antunes (Pampilhosa da Serra), António Simões (Arganil), Maria José Freixinho (Oliveira do Hospital), Victor Carneiro (Montemor-o-Velho) e António Simões (Miranda do Corvo) são os restantes candidatos.

Para a presidência de assembleias municipais foram igualmente revelados quatro candidatos: Fausto Correia (Miranda do Corvo), Fernando Regateiro

(Mira), Luís Ferreira (Penela) e Fernando Ramos (Montemor-o-Velho).

Na mesma reunião do dia 23 de Abril, foi ainda indigitado Horácio Antunes, antigo presidente da Câmara da Lousã e ex-governador civil de Coimbra, para presidente da comissão técnica eleitoral distrital.

Entretanto, após a algumas dificuldades na escolha do candidato à presidência do Executivo da Figueira da Foz, foi decidido que o PS apresentava o camarada Victor Sarmento para disputar o lugar.

BRAGANÇA

FRANCISCO MARCOLINO COMPROMETE-SE A CRIAR 500 POSTOS DE TRABALHO

Se vencer as eleições de Outubro, Francisco Marcolino, indicado como candidato socialista à presidência da Câmara de Bragança, compromete-se a criar 500 postos de trabalho no concelho e indústrias em cada uma das 49 freguesias.

O juiz desembargador que se estreia na corrida autárquica pelo PS assumiu publicamente, no passado dia 1, na sessão de apresentação da sua candidatura, este desafio e outros consubstanciados numa extensa lista de propostas, que vão desde a constituição de clubes de saúde e cheques-saúde para os mais carenciados, ao regresso de serviços públicos extintos no

concelho e a redução de taxas.

Na ocasião, Marcolino assegurou perante mais de quatro centenas de apoiantes: "Sei como reivindicar" e "temos engenho e arte para sensibilizar o Governo".

Explicando que conta apenas com "a promessa de colaboração e solidariedade" por parte do Executivo de José Sócrates, o candidato garante que as suas propostas não dependem tanto da "disponibilidade financeira", mas de um conjunto de medidas como a desburocratização e celeridade do município.

Francisco Marcolino quer para Bragança "alguma das 200 empresas de base tecnológica que o Governo se propõe

apoiar" e aposta na concretização de um pólo tecnológico local.

O candidato prometeu também combate à pobreza e exclusão social e anunciou como primeira medida, simbolicamente, a instalação de água potável e energia eléctrica às famílias que ainda não dispõem destes bens essenciais.

O magistrado propõe-se ainda criar gabinetes de apoio ao investidor e ao cidadão, um centro de arbitragem para os conflitos de consumo e nova ampliação à que se encontra em curso na pista do aeródromo municipal.

"Estou disposto a corrigir erros feitos" pelo actual executivo municipal e "se necessário for, desfazer obras", rematou.

FAMALICÃO

PS APOSTA EM ANTÓNIO BARBOSA PARA CONQUISTAR CÂMARA

António Barbosa, apresentado como o candidato do PS à Câmara de Famalicão nas eleições autárquicas de Outubro, elegeu o combate ao desemprego e a angariação de investimentos municipais como as suas prioridades.

Economista de 50 anos, Barbosa avança como independente pelo PS, comprometendo-se a apresentar aos munícipes

uma estratégia activa de resolução dos verdadeiros problemas que afectam a vida das populações locais.

António Barbosa considera que a gestão do actual executivo camarário (PSD/PP) "se tem limitado a fazer investimentos correntes", vivendo de "comemorações e festas" e esquecendo "as dificuldades das famílias sem emprego".

Na sessão de apresentação pública da sua candidatura, António Barbosa afirmou "sentir-se ligado ao PS e às suas políticas". Barbosa é vereador e desempenhou funções na administração local entre 1997 e 2001, sendo posteriormente o responsável autárquico pelo pelouro do Ambiente e vice-presidente da Câmara Municipal.

VALONGO

ANUNCIADA CANDIDATURA DE MARIA JOSÉ AZEVEDO

O líder da distrital do PS/Porto, Francisco Assis, anunciou no passado dia 23 de Abril a candidatura de Maria José Azevedo à Câmara de Valongo.

"Trata-se de "uma figura que vai mobilizar o partido" e suscitar "um movimento de grande entusiasmo", assegurou o dirigente socialista.

Maria José Azevedo, ex-vereadora da Habitação e Acção Social de Fernando Gomes

e Nuno Cardoso na Câmara do Porto, é, para Assis, a candidata "capaz de construir uma alternativa em Valongo, o que é muito importante, uma vez que o nosso combate é de natureza metropolitana".

Para Francisco Assis, "é fundamental ter boas candidaturas, figuras de referência da nossa vida metropolitana nas nossas câmaras municipais, e Maria José Azevedo preenche em absoluto esses requisitos".

Em declarações aos jornalistas, o dirigente socialista realçou a experiência e o conhecimento da realidade metropolitana de que dispõe a camarada Maria José Azevedo para poder "protagonizar uma candidatura vitoriosa à Câmara de Valongo" que aposte "no desenvolvimento sustentado e retire definitivamente o concelho da cauda da Área Metropolitana do Porto".

25 DE ABRIL

SAMPAIO DEFENDE FORTE INVESTIMENTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS

Os socialistas marcaram forte presença nas comemorações do 31º aniversário do 25 de Abril e dos 30 anos das primeiras eleições livres que tiveram o seu ponto alto na Assembleia da República, onde o Presidente Jorge Sampaio defendeu a necessidade de investimento nas políticas sociais, pediu empenho na consulta popular sobre a Constituição europeia e salientou que continua a defender o regime semipresidencialista.

“A esperança que um novo ciclo traz consigo – e que não pode ser frustrada – constitui uma grande oportunidade para se fazer o que é preciso fazer”, disse o Presidente da República na sessão solene no Parlamento, salientando que “há muito a fazer e ninguém pode olhar para o lado e achar que a responsabilidade é do outro”. No seu último discurso do 25 de Abril perante os deputados como Presidente da República, Jorge Sampaio pediu “investimento sério” na educação e na ciência e uma “forma diferente” de intervir sobretudo nas políticas sociais, como o combate à droga e à sida e o apoio aos idosos.

O Chefe de Estado considerou que é preciso analisar “os modos concretos como se processa a escolarização de populações carenciadas”, assim como os obstáculos que se colocam à integração de imigrantes, a pobreza crónica, os efeitos de políticas de alojamento massificadoras e desumanizadas e o combate à droga.

Manifestando-se preocupado com a “flagrante insuficiência e injustiça das respostas políticas e sociais” às situações de “carência extrema”, Jorge Sampaio defendeu que na “agenda para uma boa governação” tem de estar a necessidade de resposta ao “peso crescente das questões intersectoriais”.

E propôs mesmo a criação de comités de ligação ou altos-comissários para alguns sectores. “O combate à evasão fiscal, à droga ou à epidemia de sida, a educação para a saúde, o apoio aos idosos constituem, todos eles, exemplos de áreas que exigem

intervenção intersetoriais”, disse.

Por outro lado, Jorge Sampaio salientou que, passados quase dez anos de mandato, continua a defender o sistema político semipresidencialista.

“Tendo em conta a experiência dos anos, continuo a acreditar ser este o regime mais adequado, e nem o facto de ter sido acusado – não raro pelas mesmas pessoas – de não exercer os poderes ou, simetricamente, de os exercer excessivamente, altera a convicção profunda que tenho da bondade e da aptidão do nosso regime constitucional”, afirmou.

O Presidente da República também fez questão de salientar a necessidade de Portugal participar activamente na construção da Europa, realizando o referendo sobre a Constituição europeia, apontando essa participação como uma “responsabilidade do presente”.

Em termos de política económica, Sampaio defendeu “o primado da economia e da inovação”, sem no entanto descurar a necessidade de consolidação das contas públicas. É que, alertou, “os problemas das finanças públicas portuguesas não desapareceram pelo facto de a recente revisão do Pacto de Estabilidade e Crescimento permitir uma maior flexibilidade na sua aplicação”.

Gama elogia estabilidade da Constituição

Por sua vez, o presidente da Assembleia da República, enalteceu a estabilidade da



Constituição portuguesa, elaborada há 30 anos, sublinhando que esta criou um quadro institucional “ajustado, razoável, equilibrado e útil”.

Jaime Gama, que foi um dos deputados constituintes há 30 anos, sustentou que a Lei Fundamental “alcançou o seu objectivo mais durável: o de permanecer a grande referência de instituições que funcionam, não bloqueiam a execução de programas de Governo nem a formulação, a partir da oposição, de alternativas susceptíveis de aspirar legitimamente à governação”.

O presidente da Assembleia da República salientou que “ninguém, a partir do executivo, poderá legitimamente invocar razões de ordem constitucional para justificar a não execução dos seus programas” nem “ninguém, a partir da oposição, poderá igualmente invocar razões de mesma natureza para justificar a sua colocação em posições susceptíveis de se constituir em alternativa razoável de Governo”.

Na sua intervenção, Jaime Gama prestou ainda homenagem ao Presidente Sampaio e cumprimentou os deputados constituintes presentes no Parlamento, que em seguida participaram num almoço comemorativo dos 31 anos da Assembleia Constituinte.

Na sessão solene, onde de forma insolente cerca de metade dos deputados do PSD e PP primaram pela ausência, pelo PS falou Alberto Martins que elogiou a limitação de mandatos proposta pelo Governo.

Alberto Martins elogia limitação de mandatos

Passados 31 anos da revolução, “há um problema de renovação no sistema

cargos públicos.

No entanto, Alberto Martins sublinhou que “de nada valerão as reformas legislativas se não mudarem as atitudes e os comportamentos dos agentes políticos”.

Num balanço destas três décadas de democracia, o deputado socialista afirmou que “Portugal é hoje uma democracia consolidada, mas subsistem sérios problemas e desequilíbrios no desenvolvimento”, pelo que é preciso apostar “no crescimento sustentado da economia pela inovação, pelo conhecimento, pela qualificação dos portugueses e pela melhoria dos serviços públicos, designadamente os que garantem as necessidades básicas dos cidadãos”.

No dia 25 de Abril foi também inaugurada nos Passos Perdidos da Assembleia da República uma exposição fotográfica e documental sobre a Constituinte.

Para lá dos actos oficiais, dirigentes e militantes do PS marcaram forte presença nas comemorações populares que assinalaram o 31º aniversário da Revolução dos Cravos em várias localidades do país.

No habitual desfile entre o Marquês de Pombal e o Rossio, em Lisboa, destaque para a presença dos camaradas Manuel Maria Carrilho, Jorge Coelho, Manuel Alegre, Maria de Belém, Marques Júnior, Miguel Coelho e Pedro Nuno, líder da JS, entre muitos outros militantes socialistas.

J. C. CASTELO BRANCO

1º MAIO

SOCIALISTAS NAS COMEMORAÇÕES DA UGT E DA CGTP

Edite Estrela, Vítor Ramalho e Ricardo Freitas integraram a delegação do Partido Socialista às comemorações do 1º de Maio da CGTP-IN e da UGT que decorreram, respectivamente, no Estádio 1º de Maio e junto à Torre de Belém, em Lisboa.

João Proença, secretário-geral da União Geral dos Trabalhadores, declarou que a sua central sindical se baterá pela revisão do Código do Trabalho e pelo estabelecimento de “arbitragem obrigatória para evitar a caducidade dos contratos de trabalho”. O sindicalista socialista defendeu a necessidade de “mais e melhor negociação colectiva”, um instrumento fundamental para a competitividade económica e para o equilíbrio social. João Proença sublinhou “não ser aceitável que alguns queiram provocar vazios negociais, por via da caducidade dos contratos” colectivos, adiantando que a UGT “bater-se-á com determinação pelo direito à negociação e pelo uso da arbitragem obrigatória quando necessária”. O secretário-geral da UGT afirmou que na próxima reunião da Concertação Social, a 4 de Maio – a primeira desde a posse do Governo socialista, em que estarão presentes o primeiro-ministro e o ministro do Trabalho – vai reclamar 10 prioridades. Entre estas, Proença destacou medidas com vista à sustentabilidade financeira da segurança social; combate à economia clandestina, à fraude e fuga fiscal; modernização e reestruturação das empresas, mas com respeito pelos trabalhadores; e uma política de rendimentos justa, que reflecta o aumento da inflação e da produtividade.

Vários milhares de pessoas ocorreram às comemorações do 1º de Maio, tanto da UGT como da CGTP-IN, que assim assinalaram o Dia do Trabalhador e reivindicaram mais emprego e justiça social.



O primeiro-ministro comemorou ainda o 25 de Abril recebendo mil cidadãos na residência oficial

CONSELHO DE MINISTROS

GOVERNO REPÕE PRIORIDADES SOCIAIS

Para "repor os princípios da igualdade, solidariedade e justiça social que estiveram na génese da criação do Rendimento Mínimo Garantido" (RMG), em 1996, o Conselho de Ministros decidiu avançar com modificações ao Rendimento Social de Inserção (RSI) no que diz respeito essencialmente à fórmula para o acesso a esta prestação.

Assim, foi aprovado no Conselho de Ministros do passado dia 28 de Abril uma proposta de alteração em que o RSI passa a ter por referência o rendimento auferido pelo agregado familiar no último mês ou a média dos últimos três meses.

O Executivo socialista abandona, por outro lado, a exigência de apenas os jovens entre os 18 e os 30 anos terem de se inscrever em centros de emprego para beneficiarem do RSI, estendendo-se agora esse requisito a todos os cidadãos.

Entre as mudanças introduzidas, o comunicado do Conselho de Ministros salienta igualmente a supressão da "possibilidade de 50 por cento do pagamento da prestação poder ser efectuado através de valores sociais, de forma que seria estigmatizante", e a reintrodução dos menores emancipados pelo casamento entre os titulares da prestação, acrescentando ainda aqueles que vivem "em união de facto há pelo menos um ano" e alargando o conceito de agregado familiar, por forma a "permitir a atribuição e quantificação justa e verdadeira da prestação".

O diploma reintroduz também o princípio do carácter automático da renovação da prestação ao fim de 12 meses da sua duração e consagra o "princípio da fiscalização orientada por indicadores de risco, de modo a aumentar a eficácia no combate à fraude".

Ainda no âmbito do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o Governo aprovou um decreto que alarga a esfera de protecção social conferida pelo sistema público de segurança social aos



trabalhadores no domicílio.

"O diploma determina que os trabalhadores que exercem a sua actividade no domicílio sem carácter de subordinação passem a beneficiar da protecção nas eventualidades de maternidade, doenças profissionais, invalidez, velhice e morte", salienta o texto do Conselho de Ministros.

Informações sobre condições das estradas serão melhoradas

Porque a segurança dos cidadãos precisa de ser preservada em várias frentes, o Governo do PS avançou com uma resolução para melhorar o sistema de informação sobre as condições de circulação nas estradas mediante a sua

atualização constante e participada.

A medida visa promover um protocolo entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a Portugal Telecom e a empresa Estradas de Portugal, no âmbito de um programa denominado "Estrada Livre", cujo objectivo primeiro será o fomento à participação dos cidadãos neste esforço colectivo que se propõe reforçar a monitorização, a modernização e a fiscalização da reparação das estradas nacionais e regionais, bem como combater a sinistralidade rodoviária.

Segundo o Executivo, o programa terá duas fases para a sua concretização. Na primeira será lançado um número de telefone único para alerta de danos nas estradas em todo o território nacional, uma

comunicação que terá um custo para o utente equivalente a uma chamada local. Já na segunda fase, que se prevê iniciada já no final de Junho próximo, será edificado o portal na Internet "Estrada Livre", um sítio "único para a informação dos cidadãos quanto ao tráfego, acidentes, alternativas de percursos, normas e legislação".

Ainda em matéria de coordenação de actividades de combate aos eventuais fogos deste Verão, o Governo aprovou uma resolução que cria a Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais 2005, entidade que visará melhorar as operações diversas desenvolvidas pelos vários intervenientes na missão de combate.

O novo organismo assegurará a existência de uma "d direcção coesa, eficaz e integrada

dos meios de prevenção e combate aos incêndios florestais em 2005", equipa que funcionará entre 1 de Maio e 31 de Outubro, integrando o presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, o director-geral dos Recursos Florestais, responsáveis do Instituto da Conservação da Natureza, da Agência para a Prevenção de Incêndios Florestais e do Instituto de Meteorologia.

"Junto à autoridade nacional estarão destacados oficiais de ligação do Comando Operacional Conjunto do Estado-Maior General das Forças Armadas, da Polícia Judiciária e da Guarda Nacional Republicana", explica o comunicado do Conselho de Ministros, onde também se faz saber que, até cessar funções, a autoridade nacional deverá apresentar um relatório da sua actividade.

Ensino Superior português adaptado a Bolonha

Com o claro objectivo de aumentar a mobilidade e internacionalização dos estudantes portugueses, o Executivo socialista decidiu proceder à adaptação dos graus e diplomas do Ensino Superior nacional ao Processo Europeu de Bolonha.

Assim, o diploma aprovado reestrutura o Ensino Superior em três ciclos de estudos conducentes a que correspondem os graus de licenciado, mestre e doutor.

O Conselho de Ministros aprovou igualmente, em votação final global, a proposta que estabelece as regras de nomeação de altos cargos públicos administrativos, um diploma que está agora em condições de seguir para a Assembleia da República e, caso seja aprovado, retirará as funções de director de serviço ou de chefe de divisão dos lugares de nomeação política e fará cessar os cargos de confiança política (director-geral e de sub-director-geral) com a mudança de governo.

PLANO TECNOLÓGICO EM MARCHA

Com o arranque do Plano Tecnológico as empresas passam a ter a possibilidade de deduzir anualmente 750 mil euros em despesas com investigação e desenvolvimento por um período de cinco anos, no âmbito da implementação de um sistema de incentivos fiscais que repõe a lógica de um programa criado pelo executivo de António Guterres e cuja execução foi interrompida pelo Governo da coligação de direita.

Do regime que vigorou entre 1997 e 2003 em relação ao actual, a principal diferença reside num aumento do montante máximo da dedução de despesas de investigação e desenvolvimento, que passa dos antigos 500 mil para os actuais 750 mil euros.

A proposta de lei aprovada pelo Governo no passado dia 21 será em breve remetida à Assembleia da República e, caso seja aprovada, terá já efeitos no ano fiscal de 2006.

Nesta mesma reunião do Conselho de Ministros foi decidido avançar com a criação da Unidade de Coordenação do

Plano Tecnológico (UCPT).

Trata-se de um instrumento que tem como objectivo principal aumentar o crescimento potencial da economia portuguesa de dois para três por cento, tendo ficado estabelecido que será chefiado pelo docente universitário José Tavares.

A par da UCPT, o Governo lançará o programa de grandes investimentos em infra-estruturas que poderá atingir 20 mil milhões de euros, bem como um plano para a captação de investimentos privados, cujas medidas "serão anunciadas a curto prazo".

Ainda ao nível do Ministério da Economia e da Inovação, o Governo decidiu ampliar o Programa "INOV Internacional", destinado a proporcionar estágios internacionais a jovens.

O INOV pretende dar aos jovens "experiência internacional em empresas ou entidades de reconhecido interesse, localizadas no estrangeiro e com forte actividade inovadora".

O programa será dinamizado pelo ICEP,



destinando-se prioritariamente a apoiar "jovens profissionais ou quadros técnicos de empresas, portadores de diploma superior ou profissional de nível médio,

nas áreas da gestão e *marketing*, engenharia, ciência e tecnologias e *design*", ou outras áreas críticas para a inovação empresarial, com vista à

acumulação de experiência e saberes nos domínios mais inovadores da gestão internacional dos negócios.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, o INOV Internacional privilegiará a presença de profissionais "nos mercados mais dinâmicos e de reconhecido prestígio como centros de inovação, designadamente Xangai (China), Helsínquia (Finlândia), São Paulo (Brasil), Austin e São Francisco (Estados Unidos), abrangendo, numa primeira fase, 500 profissionais, dando-se prioridade aos candidatos até aos 35 anos.

Entretanto, foi avançado que o primeiro concurso público para selecção dos profissionais participantes deverá ser lançado já em Junho e que o programa, com financiamento assegurado por verbas do Ministério da Economia e da Inovação "através dos programas operacionais" geridos pela tutela, implicará "um investimento total de 25 milhões de euros".

PROJECTO PIN

SÓCRATES ANUNCIA 14 MIL MILHÕES DE EUROS DE INVESTIMENTO

O projecto PIN – Projectos de Potencial Interesse Nacional – foi apresentado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, em Famalicão, no âmbito da iniciativa “Governo Presente”, cuja primeira edição decorreu no passado fim-de-semana no distrito de Braga. De acordo com o chefe do Governo, o projecto PIN permite a criação de 16 mil postos de trabalho, o que correspondente a 14 mil milhões de euros de investimento. O PIN tem em carteira 16 grandes projectos de investimento, todos superiores a 25 milhões de euros, a concretizar a curto prazo.

Falando no Citeve, Centro Tecnológico das Indústrias Têxteis e do Vestuário, durante a apresentação do projecto PIN e do Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial, Sócrates afirmou que o “Governo não se conforma com a lentidão e mediocridade do crescimento económico conseguido nos últimos anos”, garantindo que está a ser criado um clima de confiança propício à retoma do investimento privado. No acto participaram os ministros da Economia, Manuel Pinho, e do Trabalho e Solidariedade Social, Vieira da Silva, que usaram da palavra perante uma plateia de centenas de empresários nortenhos. O primeiro-ministro disse ainda que, “embora o investimento não dependa exclusivamente do Estado, compete-lhe criar as condições necessárias à sua concretização, desde logo não fazendo asneiras”. Na sua



declaração enfatizou que é “através da valorização do discurso político que se transmite aos empresários e às famílias um ambiente de confiança, que ajuda a orientar as suas decisões” e referiu-se à propalada necessidade de se eliminar os “custos de contexto que barram a celeridade dos investimentos”, sublinhando que o

Governo está a actuar em dois destes “custos”, o da modernização da Justiça e o da simplificação dos licenciamentos. Nesse sentido, recordou as medidas anunciadas no debate mensal na Assembleia da República, tendentes a libertar os tribunais dos chamados conflitos de consumo, acentuando que “o Governo

não e conforma com a manutenção dos atrasos na justiça”. Disse que vão ser mais expeditos os processos de licenciamento de investimento empresarial, e prometeu “uma Administração Pública com um pendor pró-activo, embora sem perder a necessária selectividade, para facilitar o investimento”. Avisou, no entanto, que há

alguns dos chamados “custos de contexto” que são para manter, entre os quais os dos domínios ambiental e do ordenamento do território. “Não é abandonando estes dois vectores, que não custos são ganhos, que se cria uma pais de qualidade”, assinalou, afirmando que “os critérios de exigência nestas áreas serão para manter”.

Disse que o Governo vai ter, também, em atenção “as zonas e os sectores críticos da economia, através de uma actuação preventiva”, por forma a que “ninguém fique de fora do desenvolvimento do país”. A terminação afirmou que o Governo acredita no distrito de Braga, apesar das dificuldades existentes em alguns sectores, apelando aos minhotos e aos portugueses para que “não chorem sobre os problemas”.

Nesta primeira edição do “Governo Presente”, além de presidir ao Conselho de Ministros realizado em Amares, o primeiro-ministro esteve no lançamento do programa “Voluntariado Jovens para as Florestas”. José Sócrates reuniu-se ainda com os presidentes de câmara do distrito de Braga, visitou o CITEVE, a fábrica Irmãos Vila Nova, onde são confeccionadas as calças da famosa marca “Salsa”, e a empresa Primavera Software. O primeiro-ministro teve ainda um almoço de trabalho com responsáveis de PME inovadoras e recebeu em audiência associações comerciais de Braga, a Associação Industrial do Minho e sindicatos regionais.

EXECUTIVO LANÇA PACOTE DE MEDIDAS DE COMBATE AO INSUCESSO NA MATEMÁTICA

Todas as escolas primárias (1º ciclo) vão estar obrigatoriamente abertas até às 17h30, de forma a que os alunos beneficiem de estudo acompanhado em matemática e outras actividades extracurriculares.

Esta uma das medidas anunciadas na Escola Secundária da Amadora pela ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, para melhorar o ensino da matemática.

A governante falava no passado dia 27 durante um debate sobre os resultados do PISA 2003, um estudo internacional da Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), segundo o qual um terço dos alunos portugueses tem níveis muito baixos de literacia na disciplina de matemática. Para a ministra da Educação, a “racionalização dos recursos escolares” é uma das formas de tentar melhorar o desempenho dos alunos, que não têm recursos educativos em casa.

“Um dos indicadores mais impressionantes do PISA é o insucesso associado à escassez de recursos em casa (secretária, biblioteca, meios de estudo). É importante que a alternativa seja fornecida pela escola para que se constitua um patamar de igualdade de



oportunidades para todos os miúdos”, disse.

Neste quadro, a obrigatoriedade de as escolas primárias alargarem o seu horário de funcionamento já no próximo ano lectivo, em articulação com as câmaras municipais e associações de pais, permitirá que os alunos frequentem actividades extracurriculares, “como o

estudo acompanhado, o inglês ou o desporto escolar”.

Para a implementação desta medida, adiantou, não serão necessários mais professores além dos existentes até porque “o rácio de alunos por docente no 1º ciclo do ensino básico é de 12 estudantes por professor”. Para melhorar o ensino da matemática, o Ministério vai também rever as condições de acesso à profissão e de formação inicial dos professores do primeiro ciclo.

Segundo Maria de Lurdes Rodrigues, trinta por cento dos alunos terminam o 9º ano com negativa a matemática e são estes alunos que maioritariamente concorrem a Escolas Superiores de Educação para virem a ser professores do 1º ciclo.

Assim, às instituições de ensino superior de formação de professores será solicitado que introduzam as alterações nos seus currículos necessárias à

melhoria da formação em matemática dos professores do primeiro ciclo.

O Governo vai ainda lançar um programa de acompanhamento e formação contínua em matemática para os professores do primeiro ciclo do ensino básico.

Este programa será feito em colaboração com as escolas superiores de educação e os departamentos de matemática das universidades, que adoptarão um conjunto de escolas do primeiro ciclo do seu distrito, no sentido de acompanhar os professores de matemática. Para o segundo e terceiro ciclos do

ensino básico, a ministra anunciou que uma das medidas para melhorar o ensino da matemática a este nível passa pela alteração das definições de habilitações e condições de recrutamento dos professores.

O Ministério quer assim que passem a ser recrutados professores licenciados em matemática para ministrar a disciplina nos 2º e 3º ciclos.

Actualmente, os professores de matemática dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico não são obrigatoriamente recrutados entre diplomados em matemática.

ESTABILIDADE DOS DOCENTES DO 1º CICLO

Falando no encerramento do debate na Escola Secundária da Amadora sobre os resultados do PISA, o primeiro-ministro, José Sócrates considerou “decisiva” a estabilidade do professor nos primeiros quatro anos de escolaridade, adiantando que, no próximo ano lectivo, serão tomadas medidas com vista à estabilização do corpo docente, sobretudo ao nível do 1º ciclo do ensino básico.

“Os alunos devem ter um único professor. Está comprovado em todos os estudos que se debruçam sobre matérias educativas que a estabilidade do professor nos primeiros quatro anos é decisivo para o sucesso escolar”, sublinhou.

José Sócrates disse ainda que se associou ao debate na Amadora – onde a ministra da Educação anunciou medidas de combate ao insucesso escolar na matemática –, para assinalar a prioridade política que o Governo atribuiu à educação.

CENTRO MATERNO-INFANTIL DO NORTE

MINISTRO DA SAÚDE TRAVA "NEGÓCIO LAMENTÁVEL" COM A CÂMARA DO PORTO

O ministro da Saúde, Correia de Campos, suspendeu a construção do Centro Materno-Infantil do Norte (CMIN) no Hospital de S. João, acusando o seu antecessor de feito um "negócio lamentável" com a Câmara do Porto, "lesivo" dos interesses do Estado.

A decisão do ministro foi comunicada pelo próprio aos deputados da Comissão Parlamentar de Saúde e Toxicoddependência, onde o ministro da Saúde adiantou que pediu à direcção da Administração Regional de Saúde que lhe apresente uma nova proposta para a construção do Centro no prazo de dois meses. O governante explicou que o despacho que irá enviar para publicação "suspende a decisão, ou a não decisão, de construir o CMIN no Hospital de S. João", já que não foi encontrado qualquer documento do anterior executivo que decidia a construção do Centro na unidade de S. João, ao invés de junto à Maternidade Júlio Dinis, onde estava inicialmente previsto.

Correia de Campos classificou ainda todo o processo de decisão da construção do Centro conduzido pelo seu antecessor, Luís Filipe Pereira, como "indigno das tradições do Ministério da

Saúde", uma vez que colocou o ministério a financiar em mais de 60 por cento (2,5 milhões de euros) a construção de um bairro social pela Câmara Municipal do Porto.

Sublinhando que "a função do Ministério da Saúde não é construir bairros sociais", Correia de Campos foi peremptório: "Nunca, enquanto eu for ministro, será pago o valor de 2,5 milhões de euros, porque a função do Ministério da Saúde não é financiar a Câmara do Porto".

Nas contas de Correia de Campos o Ministério está a ser lesado em 10 milhões de euros com todo o processo.

Suspenso acordo com Misericórdias

Aos deputados, o ministro da Saúde anunciou ainda que vai "suspender 'sine die' o protocolo celebrado pelo anterior



Governo com as Misericórdias, que permitia que a contratualização de camas fosse paga independentemente da sua utilização, num valor que rondava os 100 euros diários.

"Negociar camas é começar pelo fim, porque ataca o problema ao contrário", sustentou Correia de Campos, considerando que "pagar camas a 50 por cento, mesmo que não sejam ocupadas, é

enriquecimento sem causa".

Segundo o ministro, "foram acordados pagamentos que não correspondem a serviços", pelo que, frisou, "não estamos disponíveis para manter protocolos destes".

"Quero trabalhar com as misericórdias, mas não desta forma, do tipo taxímetro", disse, sustentando que "esta é a pior forma de resolver os problemas dos

doentes que precisam destes cuidados, porque as camas incapacitam os doentes".

Perante a Comissão Parlamentar de Saúde, aonde se deslocou para debater as reformas do Governo no sector, Correia de Campos admitiu também que dará continuidade ao programa de listas de espera e adiantou que poderá "liberalizar" os preços dos medicamentos genéricos.

SUSANA AMADOR DEFENDE CONSTRUÇÃO DE CENTROS EM ODIVELAS E PÓVOA DE SANTO ADRIÃO

A paralisia absoluta a que foram votados os projectos de construção dos centros de saúde de Odivelas e da Póvoa de Santo Adrião, durante a governação da coligação PSD/PP, motivou um requerimento de Susana Amador em que a deputada socialista pede ao ministro da tutela informações sobre o calendário previsto para a eventual execução destas obras e a confirmação de que serão viabilizadas ainda nesta legislatura. No documento entregue na mesa da Assembleia da República no passado dia 18, a parlamentar do PS questiona também o ministro da Saúde sobre a existência ou não de perspectivas para a execução, nas freguesias de Ramada, Pontinha e Famões, das correspondentes unidades de cuidados locais, embora estes projectos ainda não tenham sido objecto de contratos-programa.

No requerimento, Susana Amador sublinha a necessidade de dar uma resposta adequada às reais necessidade de assistência na saúde ao município de Odivelas, porque, segundo vincou, este caracteriza-se pela sua densidade, envelhecimento e até por registar "bolsas de pobreza acentuada", além de "alguma marginalidade".

Acresce a isto, segundo pode ler-se no texto, que o Serviço de Urgência do Catus que serve a zona se encontra em situação de "eminente ruptura". Assim, defende a deputada, Odivelas "carece de estruturas de saúde compatíveis com as necessidades urgentes da sua população".

"Já disponibilizados os terrenos para esses centros, tendo a autarquia assumido a construção dessas unidades, continua a faltar a dotação financeira respectiva que em anos anteriores esteve incluída em PIDDAC e que foi retirada no PIDDAC para 2005", denuncia ao concluir. **M.R.**

PARLAMENTO AUTORIZA

GOVERNO PODE LEGISLAR SOBRE A VENDA DE MEDICAMENTOS FORA DAS FARMÁCIAS

A venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias poderá ser feita em supermercados, drogarias ou perfumarias, mas apenas a maiores de 16 anos e mediante supervisão de técnicos que podem não ser farmacêuticos.

Os exemplos foram avançados pelo ministro da Saúde, Correia de Campos, durante o debate na Assembleia da República, que autorizou o Governo a legislar sobre esta matéria.

Na sua intervenção, Correia de Campos admitiu também que fora das farmácias o tamanho das embalagens poderá ser reduzido ou então limitada a quantidade de produtos que os menores de 16 anos poderão adquirir.

O ministro da Saúde distanciou a medida do Governo das praticadas noutros países, como o Reino Unido, que liberalizaram a venda destes medicamentos fora das farmácias, já que nestes é dispensada "a exigência da intervenção de farmacêuticos ou técnicos de farmácia no seu fornecimento, possibilitando mesmo o livre acesso e o auto-abastecimento por parte dos consumidores".

O que o Governo português pretende é que estes fármacos possam ser vendidos fora das farmácias, mas conservando a dispen-

sa por, pelo menos, ajudantes de farmácia. Isto porque, segundo explicou Correia de Campos, pode ser suficiente "a intervenção de outros técnicos com formação adequada em farmácia, sem serem necessariamente farmacêuticos, como são os técnicos de farmácia".

O ministro salientou que "não existe barreira constitucional à possibilidade de permitir a dispensa de medicamento não sujeitos a receita médica por técnicos de farmácia e não necessariamente por farmacêuticos, ao menos quando essa actividade decorra fora das farmácias".

E também "não existem impedimentos constitucionais à possibilidade de os farmacêuticos e os técnicos de farmácia poderem exercer a sua profissão fora das farmácias, até porque se trata de ampliar a esfera do exercício da profissão", acrescentou.

Quanto aos locais onde poderão ser vendidos estes medicamentos, Correia de Campos afirmou que estes "podem ser de vária natureza", como os "especificamente dedicados a esta actividade", mas também outros que "desejem acumular a venda de medicamentos com outros produtos que constituem a sua actividade principal", como supermercados, drogarias,

perfumarias e outros que "preenchem os requisitos exigidos".

O ministro referiu ainda que, no que diz respeito à pilula do dia seguinte, esta será vendida fora das farmácias, uma vez que não precisa de receita médica.

Questionado sobre os riscos de um aumento do consumo de fármacos, Correia de Campos mostrou disponibilidade do Governo para redimensionar as embalagens e reduzir as dosagens, adiantando que esta "não será uma medida de relaxamento das práticas", mas antes um "aumento do controlo dos riscos, que será mais rigoroso".

Durante a sua intervenção onde procurou esclarecer todas as dúvidas suscitadas pelos deputados, o ministro revelou ainda que os estabelecimentos vão poder comprar medicamentos directamente aos laboratórios fabricantes. "O facto de até agora haver margens fixas nos preços impede que as vantagens dos descontos de quantidade na aquisição de medicamentos cheguem ao consumidor. Neste momento estes descontos só beneficiam os retalhistas", frisou.

A proposta de lei do Governo foi aprovada na generalidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e os Verdes e a abstenção do PCP e CDS/PP.

ANTÓNIO COSTA ANTECIPA PROGRAMA DE COMBATE AOS FOGOS

O início do programa de combate a fogos florestais vai ser antecipado para 15 de Maio, altura em que já estarão disponíveis alguns meios aéreos para o combate aos incêndios.

O anúncio foi feito por António Costa na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, onde explicou aos deputados que a antecipação se tornou possível face à anulação de um dos concursos a decorrer para aluguer de meios aéreos.

O ministro da Administração Interna referiu que um dos cinco concursos previa o aluguer de quatro aviões anfíbios de porte médio, cuja utilização foi desaconselhada pelo Serviço Nacional de Protecção Civil, dado o reduzido nível das águas nas albufeiras devido à seca que tem assolado o país.

"Como os novos meios têm custo inferior, vamos antecipar aquilo a que oficialmente se designa 'época de fogos'", adiantou, sublinhando que os concursos já abertos prevêm, na melhor das hipóteses, a disponibilização dos aparelhos aéreos no início de Julho.

Assim, em vez dos quatro aparelhos



anfíbios, serão alugados outros aparelhos, disponíveis já em meados de Maio. Em cima da mesa encontram-se ainda duas

opções: ou dez aparelhos ligeiros ou seis aviões médios não anfíbios que operam em pista.

Segundo António Costa, o parecer do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, que deverá chegar ao

Ministério no prazo de uma semana, ditará a escolha final.

Sem prejuízo, esclareceu, mantêm-se os restantes concursos – um dos quais contempla dois aviões pesados, tipo Canadair –, e para mais tarde uma reflexão sobre se o Estado deve avançar para o aluguer ou compra de meios aéreos de combate ao fogo.

Ainda relativamente à época de combates aos fogos, António Costa indicou que está em estudo, para ser aplicada já este ano, uma adaptação do sistema de comunicação da Protecção Civil de modo a que possa ser utilizada pelos bombeiros que vão intervir no combate aos fogos.

António Costa salientou ainda que, "haja o que houver" relativamente à rede de comunicações SIRESP (Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal), cujo desenlace ainda deverá prolongar-se, é possível avançar desde já para a utilização conjunta da rede da Protecção Civil – uma rede rádio –, através da qual todos os intervenientes possam falar entre si, que considerou fundamental no combate aos fogos.

SEGURANÇA SOCIAL

LUTA INTELIGENTE CONTRA FRAUDES

O Governo vai desencadear um combate intenso e "inteligente" à fuga e incorrecções nas contribuições e prestações sociais através de meios informáticos. O compromisso foi assumido, no passado dia 22 de Abril, pelo primeiro-ministro, José Sócrates, para quem o cruzamento de dados entre os diferentes serviços do Estado serão a chave do sucesso do novo "Plano Nacional de Prevenção e Combate à Fraude e Evasão Contributivas e Prestacionais".

Ladeado pelo titular da pasta do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, Sócrates garantiu, na sessão de apresentação do plano, que a tutela "não vai actuar às cegas" e sim de forma "inteligente", pelo que estão previstas ainda medidas complementares como o aumento em 50 por cento das acções de inspecção junto dos contribuintes da Segurança Social e dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, assim como o aumento na mesma proporção da realização de juntas médicas para trabalhadores que se encontrem de baixa há mais de 30 dias.

O chefe do Executivo referiu igualmente que a execução do plano corresponde ao "cumprimento de promessas eleitorais (do PS) e de uma das principais medidas do Programa do Governo".

"Além de este plano ter sido concluído de forma rápida, ao fim de um mês de exercício de funções governativas, é também um programa de combate à fraude de qualidade, porque identifica as prioridades e os meios necessários



para travar essa luta", venceu o primeiro-ministro especificando de seguida que o combate à fraude se processará em larga medida com o cruzamento de dados informáticos da Segurança Social, do Instituto de Emprego e Formação Profissional e da Administração Fiscal. "Quem abusa do Estado social está a pôr em crise o contrato de confiança entre o Estado e os cidadãos prejudicando quem mais precisa de apoios. Só teremos uma Segurança Social credível se tivermos um sistema que cumpra os seus objectivos e se soubermos dar aos portugueses uma resposta contra os abusos", sustentou José Sócrates.

PRINCIPAIS MEDIDAS

- Cruzamento de informações entre bases de dados da Segurança Social (SS): detectar variações significativas ou omissões na entrega de declarações e remunerações dos trabalhadores, bem como o pagamento de prestações sobrepostas e incompatíveis;
- Cruzamento de dados com a administração fiscal: confrontar registos de início de actividade com inscrição ou não na SS, de custos com pessoal declarados pelas empresas para o fisco e para a SS, identificar trabalhadores independentes que se tenham inscrito no fisco mas não na SS, confrontar os rendimentos dos trabalhadores em sede de IRS com os vencimentos declarados pelas entidades patronais à SS;
- Cruzamento de dados com o IEFP: comunicar por via electrónica à SS as recusas de oferta de emprego pelos trabalhadores e as de candidatos pelas empresas, comunicar à SS as suspensões ou cessações do desemprego;
- Aumento do esforço de fiscalização: aumentar em 50 por cento as empresas fiscalizadas, as fiscalizações das baixas feitas pelas juntas médicas e a verificação das condições de atribuição do RSI/RMG.

VEIEIRA DA SILVA REITERA PREOCUPAÇÃO COM NÚMERO DE DESEMPREGADOS

Os mais de 484 mil desempregados inscritos em Março nos centros do IEFP foram considerados "números preocupantes" pelo ministro do Trabalho, Vieira da Silva, concluindo que "os sinais de crise não estão ultrapassados", apesar do desemprego ter sofrido em Março a maior desaceleração dos últimos 12 meses.

Falando perante a Comissão Parlamentar do Trabalho e Assuntos Sociais, à qual se deslocou pela primeira vez enquanto ministro para apresentar as prioridades da sua tutela, Vieira da Silva comprometeu-se a reforçar as políticas activas de emprego.

Na reunião, o ministro do Trabalho também afastou a possibilidade de haver convergência em valor absoluto entre os montantes das pensões mínimas e do salário mínimo nacional, referindo que nesta matéria houve "muita propaganda" por parte do anterior Governo PSD/CDS-PP.

Vieira da Silva garantiu que o actual Governo "respeitará o compromisso do anterior Executivo no sentido de promover a aproximação entre as pensões mínimas e o salário mínimo nacional", mas, segundo sublinhou, para a convergência em termos de valores absolutos "seriam precisos entre 20 e 22 anos".

Aos deputados, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social reafirmou a intenção do Executivo de uniformizar o valor percentual dos subsídios de doença, "por forma a se assegurarem mínimos de existência condignos".

Também a política de subsídios de desemprego vai ser melhorada, ao mesmo tempo que as acções de inspecção irão tentar sancionar mais duramente quem se está a aproveitar indevidamente das prestações.

O ministro anunciou ainda que o Governo introduzirá mudanças no sistema de cálculo para o acesso ao Rendimento Social de Inserção, contando os rendimentos auferidos nos três últimos meses e não ao longo do último ano.

No âmbito do Orçamento do Estado para 2006, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social referiu ainda que o Governo incluirá a prestação extraordinária para idosos com rendimentos inferiores a 300 euros mensais e actualizará as projecções de médio e longo prazo no sistema de Segurança Social.

Perante a comissão parlamentar, Vieira da Silva disse ainda que o Governo fará nos próximos meses a revisão do Plano Nacional de Emprego, de forma a ajustar este programa à recente decisão do Conselho Europeu que procedeu a ajustamentos na "Estratégia de Lisboa".

INCERTEZAS E DESAFIOS PARA A ECONOMIA PORTUGUESA

Os novos países do alargamento, dispõem, muitos deles, de um portefólio de qualificações e competências superior ao nosso, a que acresce o facto de praticarem níveis salariais bastante inferiores e situarem-se no centro da Europa.

A economia portuguesa enfrenta actualmente um conjunto de desafios que decorrem, por um lado, da necessidade de fazer face aos problemas estruturais e, por outro lado, de um conjunto de incertezas e de factores de imprevisibilidade que caracterizam a actual conjuntura internacional, em que a escalada dos preços do petróleo constitui um dos aspectos mais visíveis.

Pela sua importância centrar-me-ei em três aspectos que considero relevantes para uma reflexão sobre a economia portuguesa. Refiro-me, em primeiro lugar, à necessidade de quebrar o cerco com que a economia portuguesa se confronta, tanto do ponto de vista do comércio internacional como do investimento. Segundo, o alinhamento circunstancial entre os Estados Unidos e a China. Terceiro, o imperativo da implementação do Plano Tecnológico Nacional.

Uma economia cercada. O cerco a que está sujeita a economia portuguesa decorre, por um lado, das *mudanças geopolíticas*, relacionadas com o alargamento da União Europeia a Leste e, por outro lado, das *alterações geoeconómicas* subjacentes à globalização, nomeadamente a emergência das grandes economias asiáticas, como a China e a Índia, mas também de outras economias e outros espaços de integração regional.

Os novos países do alargamento, dispõem, muitos deles, de um portefólio de qualificações e competências superior ao nosso, a que acresce o facto de praticarem níveis salariais bastante inferiores e situarem-se no centro da Europa. Por sua vez, a entrada da China e da Índia na economia internacional, pelos níveis de salários que praticam, inviabilizam qualquer pretensão que eventualmente ainda existisse de manter um modelo competitivo alicerçado sobretudo em baixos salários. O "ataque" aos nossos mercados pertinentes e ao nosso modelo competitivo dominante que daqui resulta é uma realidade para a qual temos que encontrar respostas inteligentes.

O alinhamento EUA – China. Há hoje um facto novo na economia e na geopolítica internacionais, que se traduz no alinhamento EUA – Ásia, onde predomina a China, e no par dólar/taxa de juro. Apesar da sua sustentabilidade ser questionada por muitos, este alinhamento que configura um quadro de dependência mútua, constitui uma realidade penalizadora para a Europa. Sucede que os Estados Unidos necessitam que a China continue a financiar o défice orçamental através da compra de títulos do tesouro, permitindo por esta via não só financiar o défice como manter o consumo interno elevado e as taxas de juro baixas. Por sua vez, a China necessita de manter taxas de crescimento muito elevadas para poder absorver no tecido industrial milhões de trabalhadores que se deslocam sistematicamente do campo para a cidade. Neste quadro, os Estados Unidos comprometem-se a abrir o seu mercado aos produtos industriais chineses ao mesmo tempo que na Organização Mundial do Comércio (OMC) forçam a liberalização de todos os mercados. A Europa acaba por ser o elo fraco desta cadeia.

A escalada nos preços do petróleo. Os preços do petróleo constituem, sem dúvida, um dos factores de maior imprevisibilidade e, também, de maior instabilidade na economia internacional. A única certeza é que entrámos num longo período, cuja probabilidade dos preços descerem abaixo dos 40 dólares/barril é muito baixa. Muitos cenários, alguns deles alarmistas, têm sido equacionados, ao ponto de se admitirem preços da ordem dos 100 dólares/barril. É um cenário extremo de reduzidíssima probabilidade como aliás tem sido referido pela maior parte dos especialistas. Mesmo a eventualidade do preço atingir valores da ordem dos 70 dólares é baixa. As previsões melhor fundamentadas, nomeadamente dos economistas da *Morgan Stanley*, apontam para valores entre os 40 e os 50 dólares em 2005 e 2006, mais propriamente 49 e 42 dólares respectivamente.

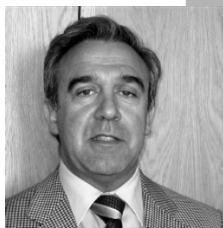
A subida dos preços radica na procura acima do esperado de produtos refinados, em particular nos EUA e na Ásia, com particular realce para a China que é já um dos maiores importadores mundiais. O aumento da procura é ainda o resultado de políticas orçamentais e monetárias, desde logo na China e Índia, onde os dirigentes destas economias procuram amortizar os efeitos negativos da subida dos preços subsidiando consumidores e alguns sectores industriais à custa das finanças públicas.

É um facto que a subida dos preços ameaça o crescimento económico dos países da OCDE e muito particularmente na União Europeia. Aliás, o crescimento abaixo do previsto será o resultado da conjugação da apreciação do *Euro*, da redução da capacidade das empresas para reflectirem no preço final o agravamento dos seus custos e da baixa dos salários reais. Estima-se que um aumento médio sustentado de cinco dólares no preço do petróleo e derivados aumente o défice comercial dos EUA em 26 mil milhões de dólares e reduza o excedente comercial da União Europeia (UE) em 20 mil milhões de dólares. Os principais perdedores são os países que têm maior dependência do petróleo e maior intensidade energética na sua estrutura económica, como é o caso de Portugal.

Na UE, onde os preços do petróleo rondam os 50 dólares há seis meses, o crescimento do PIB em 2005 já foi revisto em baixa, precisamente em consequência disso.

O Plano Tecnológico Nacional é decisivo para quebrar o cerco à economia. Neste quadro, para minimizar as consequências de uma conjuntura internacional adversa e superar as fragilidades estruturais, é necessário trilhar um novo caminho alicerçado na inovação, na tecnologia e na competitividade, agindo com inteligência económica em torno de três eixos: i) domínio da informação útil e estratégica atinente aos mercados; ii) requalificar os nossos sectores tradicionais, onde, aliás, há experiências de sucesso; e, iii) investir nas novas actividades dirigidas aos sectores de futuro. É, de facto, fundamental posicionarmo-nos nestas novas actividades, as mais permeáveis à inovação tecnológica, situadas em patamares superiores da cadeia de valor.

É por isso que o Plano Tecnológico Nacional tem um elevado alcance estratégico, ao pretender fazer da tecnologia e da inovação as alavancas da mudança e do incremento da produtividade e da competitividade. Significa, também, assumir em toda a plenitude o desiderato da "Estratégia de Lisboa", relevando a inovação, a competitividade, o emprego e a coesão social. O Governo deverá assumir um papel catalisador (*broker*) através de políticas voluntaristas em matéria de ciência, tecnologia e inovação. Refira-se que as barreiras à entrada nas indústrias de alta tecnologia e de elevado conhecimento intensivo só podem ser superadas se o Estado e o "Sistema Nacional de Inovação" interagirem adequadamente. Congregar vontades e inteligências, relacionadas com a ciência, a tecnologia e a inovação, em torno do "Plano Tecnológico Nacional", é uma questão vital para a economia e a sociedade portuguesas. Este designio assumido pelo Governo é decisivo para quebrar o cerco à economia portuguesa.



ANDRÉ MAGRINHO

OPINIÃO

JORGE COELHO ACUSA

PSD IMPEDE LIMITAÇÃO DE MANDATOS COM MEDO DE JARDIM

O dirigente e deputado socialista Jorge Coelho dirigiu duras críticas ao PSD, que acusou de tentar inviabilizar a limitação do número de mandatos dos titulares de cargos políticos executivos, uma medida há muito reclamada e que o Governo e o PS querem levar avante "em nome da renovação, um dos princípios centrais da República".

Numa declaração política no período antes da ordem do dia do debate parlamentar do passado dia 27 de Abril, Coelho desafiou os outros partidos e em particular o PSD, "em coerência com o que defenderam no passado", a juntarem-se ao PS na aprovação da proposta do Governo para limitar os mandatos de todos os titulares de cargos executivos, presidentes de câmara, presidentes de junta de freguesia, presidentes dos governos regionais e primeiro-ministro. Referindo que as proposições do PSD sobre a limitação de mandatos são "uma brincadeira política que ninguém pode levar a sério", um "faz de conta", um "laticismo", a "confusão", que visa "atirar poeira para os olhos dos cidadãos", Jorge Coelho considerou que "a recusa e o impedimento desta reforma só se podem explicar por motivos externos".

Ou seja, concluiu, "o PSD tem é medo de

Alberto João Jardim" e "por causa de uma árvore o PSD não quer defender a floresta". Pelos vistos, continuou, "uma frase forte de Alberto João Jardim tem mais força que toda a doutrina do PSD. Ele levanta a voz na Madeira e treme a sede do PSD".

Perante este quadro, o deputado do PS concluiu que "a imagem de força da nova liderança do PSD ficou abalada perante a primeira voz interna dissonante", acrescentando que "este não é o PSD reformador. Este não é o partido que afirmava ter no seu património uma vontade de mudança. O PSD reformista é mais um dogma que desaparece".

Na sua intervenção, o parlamentar reiterou que "o PS, custe o que custar tudo fará para desencadear as reformas necessárias" nomeadamente para "conseguir um sistema político mais eficaz e mais próximo do cidadão".

Salientando que a limitação dos mandatos é um dos passos que os socialistas querem "dar de imediato", Jorge Coelho disse que "quem não quiser, que fique a marcar passo". Só que, avisou, "na altura certa os portugueses saberão julgar quem aposta na mudança, na inovação, na melhoria do nosso País, e quem tudo faz para, na prática, a impedir".

LEI ELEITORAL AUTÁRQUICA

DIPLOMAS BAIXARAM À COMISSÃO

O projecto de lei do PS sobre a revisão da legislação eleitoral autárquica, bem como o do PSD, foram aprovados na generalidade com votos favoráveis destes dois e a oposição das restantes bancadas parlamentares.

Ambos baixaram à Comissão de Assuntos Constitucionais onde vão ser debatidos na especialidade.

Na defesa do projecto-lei socialista foi principal interveniente o deputado Luís Ameixa, para quem o povo "reclama do legislador o passo de reforma que inaugure um novo sistema de governo municipal, que sirva e concretize a eficiência administrativa e de gestão e a eficácia nos resultados, cumprindo a obrigação de melhor servir as populações".

Para o cabeça de lista do PS por Beja, cabe agora aos representantes dos portugueses "serem capazes de encontrar o acordo político necessário para regenerar o sistema de governo municipal".

Apesar de haver vontade política para acordos sobre esta matéria, a verdade é que os dois partidos não se entendem sobre o conteúdo das mudanças nem sobre a data da entrada em vigor da nova legislação que tem de ser aprovada por dois terços dos deputados.

Ao invés do que pretendem os social-democratas, o PS não quer aplicar já nas próximas eleições normas novas porque é errado a menos de seis meses das autárquicas "modificar as regras do jogo".

CRIADAS TRÊS NOVAS SECÇÕES NO CANADÁ

Três novas secções do PS em London, Hamilton e Kingston, no Canadá, província do Ontário, foram formalmente lançadas na semana passada, sendo os secretários coordenadores interinos, respectivamente, Álvaro Ventura, Daniel Ribeiro e Eduardo Pereira.

O lançamento destas três novas secções ocorreu por ocasião da celebração do sexto aniversário da secção do PS de Toronto, coordenada por Joel Filipe, e contou com a presença do director do Departamento de Comunidades do PS, Paulo Pisco, que apelou a um maior

dinamismo dos militantes no Canadá, de forma a serem um verdadeiro contraponto em relação ao PSD, habitual vencedor em eleições legislativas.

A criação destas secções insere-se no esforço do PS de dinamizar, reorganizar e expandir as suas estruturas no estrangeiro, tornando-as mais presentes junto das comunidades locais.

Paulo Pisco interveio também nas celebrações do 25 de Abril na Portuguese Canadian Democratic Association e no Clube Português de London.

AGENDA AUTÁRQUICA

4 de Maio – 17h00 – Lisboa

Centro Cultural de Belém – Sessão de abertura das jornadas “Um projecto para Lisboa”

5 de Maio – 21h30 – Évora

Jardim do Paço junto ao Templo de Diana – apresentação de candidatura de José Ernesto de Oliveira, com a presença de Jorge Coelho

6 de Maio – 20h00 – Águeda

Auditório da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo – apresentação pública da candidatura de Gil Nabais, com as presenças de Jorge Coelho e Manuel Alegre

7 de Maio – 15h00 – Setúbal

Cinema Charlot – Fórum Autárquico com a presença de Jorge Coelho

7 de Maio – 21h00 – Viseu

Inatel – Jantar de apresentação pública da candidatura de Miguel Gíngel, com a presença de Jorge Coelho

7 de Maio – 15h30 – Caldas da Rainha

Sociedade Recreativa “Os Pimpões” – Lançamento do “Fórum Caldas com Ambição” com a presença de António Vitorino e António Galamba, candidato socialista à presidência do município

7 de Maio – 10h00 – Lisboa

Centro Cultural de Belém – Segunda sessão das jornadas “Um projecto para Lisboa”, sobre o tema “Urbanismo e qualidade de vida”

8 de Maio – 17h00 – Mação

Recinto de festas de Envendos – apresentação pública da candidatura de José Martins, com a presença de Jorge Coelho

11 de Maio – 18h00 – Porto

Edifício da Alfândega – apresentação pública da candidatura de Francisco Assis, com a presença de José Sócrates

11 de Maio – 17h00 – Lisboa

Culturgest – Terceira sessão das jornadas “Um projecto para Lisboa” sobre o tema da “Solidariedade”

14 de Maio – 10h00 – Lisboa

Culturgest – Quarta sessão das jornadas “Um projecto para Lisboa” sobre o tema da “Mobilidade”

15 de Maio – Faro

Parque de Exposições de Portimão – Fórum Autárquico

19 de Maio – 17h00 – Lisboa

Culturgest – Quinta sessão das jornadas “Um projecto para Lisboa” sobre o tema “Cultura e Património”

20 de Maio – 19h30 – Faro

Pavilhão do Farense – apresentação pública da candidatura de José Apolinário, com a presença de Jorge Coelho

21 de Maio – 13h00 – S. Pedro do Sul

Hotel Vouga – apresentação pública da candidatura de Vitor Barros, com a presença de Jorge Coelho

21 de Maio – 20h00 – Mangualde

Pavilhão Desportivo Ana Castro Osório – apresentação pública da candidatura de João Azevedo, com presença de Jorge Coelho

21 de Maio – 10h00 – Lisboa

Centro Cultural de Belém – Sexta sessão das jornadas “Um projecto para Lisboa” sobre o tema “Competitividade”

25 de Maio – 17h00 – Lisboa

Culturgest – Sétima sessão das jornadas “Um projecto para Lisboa” sobre o tema “Participação e cidadania”

28 de Maio – 19h30 – Funchal

Tecnopólo – Convenção Autárquica da Madeira

28 de Maio – 10h00 – Lisboa

Culturgest – Sessão de encerramento das jornadas “Um projecto para Lisboa”

29 de Maio – 16h00 – Manteigas

Centro Cívico – apresentação da candidatura de Esmeraldo Carvalhinho

4 de Junho – 18h00 – Guimarães

Pavilhão Multiusos – Fórum Autárquico com a participação de Jorge Coelho

4 de Junho – 20h00 – Sintra

Pavilhão Multiusos – Apresentação pública de candidatura de João Soares, com Jorge Coelho

5 de Junho – 13h00 – Almodôvar

Parque das Merendas de Almodôvar – apresentação pública dos candidatos do distrito de Beja

5 de Junho – 17h00 – Évora

Hotel da Cartuxa – apresentação pública dos candidatos do distrito de Évora

7 de Junho – 19h00 – Lisboa

Apresentação pública da candidatura de Manuel Maria Carrilho com a presença de José Sócrates.

18 de Junho – 17h00 – Lousada

Apresentação pública da candidatura de Jorge Magalhães, com a presença de Jorge Coelho

18 de junho – 20h30 – Baião

Pensão Borges – apresentação pública da candidatura de José Luis Carneiro, com a presença de Jorge Coelho

24 de Junho – Vila Franca de Xira

Apresentação pública da candidatura de Maria da Luz Rosinha

25 de Junho – Lisboa

Sala Tejo da Expo, junto ao Pavilhão Multiusos – apresentação nacional de candidatos com a participação de José Sócrates

10 de Julho – 16h00 – Vila Real

Barragem de Vila Pouca de Aguiar – Convenção Autárquica Distrital

10 de Setembro – Porto

Convenção Nacional Autárquica

17 de Setembro – Caldas da Rainha

Jantar de apresentação da candidatura de António Galamba, com a presença de Jorge Coelho

Pelourinho da República



“O PSD tem é medo do dr. Alberto João Jardim”

Jorge Coelho
AR, 27/4/05

“Posso ser mauzinho algumas vezes, mas não sou burro. Terei o bom senso para não ser derrotado e sair quando for conveniente”

Alberto João Jardim
Lusa, 27/4/05

“Quero gozar o Sol da Madeira”

Idem, “24 Horas”
28/4/05

“Tenho evitado responder a essa questão (presidenciais) o que sugere de alguma forma que tenho as minhas dúvidas”

Cavaco Silva
TSF, 27/4/05

“O PSD entende que continuam a não existir condições”

Marques Mendes (sobre a candidatura de Isaltino Morais à CM de Oeiras)
TSF, 28/4/05

“Posso não ser o candidato do Dr. Marques Mendes, mas sou o candidato das bases e dos militantes do PSD de Oeiras”

Isaltino Morais (na apresentação da candidatura)
29/4/05

“Creio que o contrato de confiança entre o povo e a maioria caducou nesse dia”

Paulo Portas (criticando a ida de Durão Barroso para Bruxelas)
“Público”, 24/4/05

“Tudo foi gerido em função do défice e à volta do défice. O monstro não cresceu, mas também não desapareceu”

Idem, ibidem

“Ele não vai andar por aí porque sabe onde está e nós também”

João Rebelo (sobre Paulo Portas)
“Público”, 23/4/05

“Em qualquer reforma, o pior que pode acontecer é as pessoas fazerem de conta que estão de acordo com a reforma. É o que Marques Mendes está a fazer com a lei de limitação dos mandatos”

Jorge Coelho
ibidem

“João Jardim falou e Marques Mendes recuou. É um mau começo, cedeu à berraria de Jardim”

Idem, ibidem

“O Dr. Marques Mendes referiu que irá decidir em concordância com as bases do partido, já que as bases apoiam a minha candidatura porque não haveria de ser eu (o candidato)?”

Isaltino Morais
“CM”, 21/4/05

“O dirigente de quem Marques Mendes está mais próximo na identidade política e na consciência dos problemas é, pasme-se, Marcelo Rebelo de Sousa. Como Marcelo, dirige o partido na oposição e sem perspectivas de poder a curto prazo”

Pacheco Pereira
“Público”, 21/4/05

PORTO

ASSIS CRITICA FRACASSO DE RIO NAS POLÍTICAS SOCIAIS

A política social do executivo camarário do Porto é um “completo fracasso”. A denúncia é de Francisco Assis, para quem “basta ir aos bairros sociais portuenses para compreender quão grande foi o falhanço da gestão autárquica de Rui Rio neste domínio”.

O candidato à presidência da autarquia portuense nas próximas eleições de Outubro, ao falar, no passado dia 23 de Abril, durante uma visita às Campinas, assegurou que o seu programa eleitoral inclui propostas concretas em relação aos bairros da cidade, com “políticas sociais muito activas de acompanhamento, de prevenção, de combate ao risco da exclusão e da marginalidade”.

“Isso infelizmente, aqui, no Porto não há”, criticou, declarando em seguida que irá visitar todos os bairros da Invicta onde existem situações “muito diversas e muito graves”.



Mas o que mais tem “perturbado e indignado” o dirigente da Federação do PS nas visitas entretanto efectuadas foi “verificar, em muitos casos, o estado de abandono dos espaços públicos, a ausência de políticas sociais activas e a inexistência de uma rede de assistentes sociais que tenham ligação directa aos bairros”.

Garantindo uma “nova atitude política” nesta área, Assis classificou como essencial “saber ouvir e manifestar abertura para compreender em toda a sua extensão os problemas dos municípios”.

Sobre a eventualidade de se proceder à demolição de alguns bairros, o líder da estrutura distrital socialista reconheceu que há locais na cidade onde é preciso desenvolver operações de transformação dessa natureza, ressaltando de seguida que “esse processo tem de contar sempre com a participação dos moradores” porque “o que está em causa é a vida das pessoas”.

LIVROS PS ENTRE O PASSADO E O FUTURO

DOS NOSSOS

Secção dedicada à divulgação e apresentação crítica dos livros que vão publicando os militantes do Partido Socialista.

Carlos Zorrinho

Com a organização e a dinamização de Vitalino Canas e integrado nas comemorações dos 30 anos da fundação do Partido Socialista, chegou recentemente aos escaparates o livro "O Partido Socialista e a Democracia", sob a chancela editorial da Celta. O livro inclui contributos valiosos de André Freire, António Reis, Augusto Santos Silva, Fernando Farelo Lopes, Filipe Nunes, José Barreto, Juliet Antunes Sablosky, Manuel Braga da Cruz, Maria José Stock, Marina Costa Lobo, Pedro C. Magalhães, Susana Martins, Vasco Durrão e Vitalino Canas.

Trata-se dum documento fundamental para quem quiser compreender melhor a riqueza e a história do PS, que em muitos momentos se confunde com a riqueza e a história da Democracia em Portugal. Cruzando pontos de vista e perspectivas de análise complementares e contando com contributos de militantes e de autores sem qualquer compromisso com o partido, o livro ajuda a explicar porque é que nos momentos críticos para a afirmação democrática em Portugal, o PS assumiu sempre a defesa intransigente do interesse nacional, no



O Partido Socialista e a Democracia

Organizado por Vitalino Canas
Celta Editora
Lisboa 2005
Preço de capa 24,15 euros

inovação permanente que se traduziu recentemente na aprovação dum quadro estatutário e dum declaração de princípios que alinha pelo que de mais avançado se propõe no quadro do socialismo democrático, da social-democracia e da governação progressista na Europa e no mundo.

Da leitura dos diversos contributos resulta um interessante caleidoscópio de análise e um instrumento para a compreensão da dinâmica do Partido Socialista, quer permitindo uma visão evolutiva na linha do tempo, quer explorando as relações do partido com os diversos actores sociais.

Em complemento, o livro permite um conhecimento acrescido da matriz organizativa e da estrutura de militantes do partido, do seu quadro de relações institucionais e partidárias no plano

quadro dos seus valores e dos seus princípios programáticos.

A história e a textura programática e organizativa do PS que perpassam das análises propostas, evidencia uma dialéctica clara entre a solidez dos valores e a flexibilidade das respostas, num percurso permanente de modernização e adaptação que permitiu que um grande partido de regime tenha sido ao mesmo tempo um repositório de

nacional e internacional, e da textura geográfica e sociológica do seu suporte eleitoral.

Para um partido que funda grande parte da sua força, na consistência dos valores, na riqueza da identidade, no valor da obra feita e na modernidade das propostas, o documento agora proposto pela Celta, resultado dum esforço conseguido de muitos e em particular do seu coordenador, constitui uma forma adequada de comemorar trinta anos de intervenção cívica, conjugando o orgulho no passado com a vontade indómita de transformar a sociedade e de promover os valores universais da liberdade, da justiça e da solidariedade.

Na interacção dinâmica entre o PS que foi e o PS que é, se constrói em cada dia o PS que será. Um PS em que o papel cívico e a participação activa de cada militante e de cada simpatizante têm um papel fundamental.

O livro "O Partido Socialista e a Democracia" é um instrumento de aprendizagem muito estimulante e indispensável para todos os que querem pautar a sua intervenção política por um conhecimento fecundo do partido que lhes serve de referência.

TRIBUNA LIVRE

ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO É FUNDAMENTAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE BRAGA

O plano estratégico para o desenvolvimento dos recursos humanos no distrito de Braga para a Hotelaria e Turismo pretende esboçar uma estratégia a médio

e a longo prazo, com vista a estruturar a oferta formativa, satisfazendo as necessidades de formação profissional dos trabalhadores de hotelaria e turismo. Os objectivos deste mesmo plano são o de elevar o nível médio de qualificação dos trabalhadores e dos empresários do sector, aumentando a transparência e a mobilidade das suas qualificações no mercado de trabalho através da certificação profissional, fixada num conjunto de conhecimentos, competências, atribuições e qualificações.

No contexto de uma economia cada vez mais feroz, muitas vezes suportada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, a competitividade do sector da Hotelaria e Turismo em Portugal, cujo peso no PIB ronda os 10 por cento, deverá passar pelo desenvolvimento das competências de todos os intervenientes, nos seus recursos humanos, actuais e futuros.

O persistente aumento do desemprego no nosso distrito, a precariedade, o trabalho ilegal e clandestino, o trabalho infantil e a carga horária praticada, são factores que hoje, mais que nunca, nos situa perante um novo modelo laboral e social, caracterizado pelo aumento da individualização das relações laborais, e da falta de protecção social, nomeadamente no seio das micro empresas existentes, muitas das vezes sem qualquer tipo de trabalhador declarado à Segurança Social. Contudo, na Hotelaria e Turismo, para que algumas destas preocupações sejam passíveis de melhorar, é necessário ter em conta, em primeiro lugar, a criação duma Escola de Hotelaria, vocacionada para o sector, com a interacção das entidades oficiais responsáveis pelo Turismo, dos Empresários, dos Comerciantes, dos Sindicatos, da Universidade do Minho, das Câmaras Municipais, do Governo Civil, das Comissões Regionais e Locais de Turismo, entre outros. Naturalmente que todos juntos e remando na mesma direcção, teremos um plano estratégico de Formação Turística e Hoteleira para o distrito, com a criação de uma Escola de raiz, para a Formação do sector, intervindo em três eixos fundamentais da qualificação dos recursos humanos, a saber:

– *Formar, Qualificar e Certificar*, considerando, mais uma vez, que este papel cabe ao INFTUR, Instituto de Formação Turística, como a maior, a melhor e a mais prestigiada estrutura de formação nacional para o sector, procurando novas e adequadas respostas, ao designio nacional, da formação em Hotelaria e Turismo.

**SALVADOR FERNANDES
JORGE FELGUEIRAS**

MULHERES SOCIALISTAS A VOTOS



As camaradas Sónia Fertuzinhos e Maria Manuela Augusto vão concorrer a presidência do Departamento Nacional das Mulheres Socialistas, cujas eleições se realizam a 3 e 4 de Junho. Em disputa está também a eleição do Conselho Consultivo do Departamento. A

apresentação das candidaturas, de acordo com o calendário aprovado pela Comissão Eleitoral, terminou a 3 de Maio, iniciando-se oficialmente a campanha no próximo dia 20. Para as secções seguirem, entretanto, os respectivos cadernos eleitorais.

Sónia Fertuzinhos, que se recandidata ao lugar, licenciada em Relações Internacionais, é deputada à Assembleia da República pelo círculo de Braga. Maria Manuela Augusto, licenciada em História e Ciências Sociais, é vereadora na Câmara de Oeiras.

"INDEPENDENTE" CONDENADO A INDEMNIZAR FERRO, PEDROSO E VIEIRA DA SILVA

"O Independente" terá de indemnizar os camaradas Ferro Rodrigues, Vieira da Silva e Paulo Pedroso no valor total de 150 mil euros após ter sido condenado por crime de difamação no âmbito do processo Casa Pia.

O caso foi julgado no Tribunal Criminal da Boa Hora, em Lisboa, que condenou o semanário, a sua directora, Inês Serra Lopes, e a jornalista Adriana Vale a pagarem uma indemnização de 50 mil euros a cada um dos queixosos.

Inês Serra Lopes foi ainda condenada a pagar uma multa de quatro mil euros e Adriana Vale de 1250 euros em substituição de pena de prisão.

Recorde-se que o ex-secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, o actual ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, e o ex-porta-voz do PS Paulo Pedroso intentaram uma acção contra o jornal na sequência de uma notícia publicada a 25 de Julho de 2003. Na notícia, que teve chamada de primeira página, com foto dos três

dirigentes socialistas, podia ler-se como título "os suspeitos". No interior dessa mesma edição semanal a peça que se publicou tinha um título ainda mais difamatório: "os suspeitos do costume", num artigo dedicado ao processo Casa Pia onde se referiam explicitamente os nomes de Ferro Rodrigues Paulo Pedroso e Vieira da Silva.

O tribunal concluiu que os arguidos fizeram a referida notícia "sem terem garantido a veracidade dos factos", pelo que foram condenados.

NOVA AMBIÇÃO, NOVAS IDEIAS PARA OS MUNICÍPIOS

Este é o Manifesto Autárquico que servirá de base para considerações e análises dos grandes desafios que o poder local terá que enfrentar nos próximos tempos. Para o Partido Socialista, a participação dos cidadãos na vida autárquica é uma condição fundamental para solucionar os problemas e dificuldades que existem nas nossas cidades e localidades. Contamos consigo para discutir novas ideias e encontrar objectivos comuns que vão orientar os destinos das populações. Participe nos Colóquios sobre o Poder Local e envie os seus contributos para autarquicas@ps.pt ou por fax para 213822093.

PARA A 2ª GERAÇÃO DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

O Poder Local Democrático desempenhou um papel crucial na modernização de Portugal, na melhoria da qualidade de vida das populações e no aprofundamento da sustentabilidade económica e social dos territórios sobre a sua jurisdição.

Desde sempre, o Partido Socialista se afirmou como um Partido do poder local por excelência. Os seus Autarcas foram pioneiros na aplicação de políticas integradas de desenvolvimento, baseadas no rigor, na transparência, na eficácia, na sensibilidade social, na inovação, na participação e na qualificação. Os governos do Partido Socialista respeitaram e valorizaram sempre a dimensão Autárquica do processo de desenvolvimento e governação do País, respeitando escrupulosamente os compromissos de transferência de competências e de recursos necessários ao bom desempenho da gestão das autarquias, no respeito pelos programas específicos legitimados pela escolha democrática dos cidadãos.

O quadro de globalização e transformação social e económica que marca este tempo de transição de século e de milénio, coloca novos desafios ao exercício da governação em geral e à governação autárquica em particular. A continuidade do processo de modernização do País exige uma nova geração de políticas autárquicas, inovadoras e ousadas, em complemento da continuação do esforço ainda necessário de criação ou recuperação de infraestruturas económicas e sociais básicas, em muitos Concelhos.

As Autarquias tiveram ao longo de trinta anos um papel destacado na elevação da qualidade de vida dos portugueses, na satisfação de necessidades básicas e na dotação do País com as infraestruturas necessárias. Importa agora definir as prioridades da segunda geração do poder local democrático.

Portugal tem hoje uma nova ambição para retomar o caminho do crescimento e da convergência com a União Europeia, da dinamização económica e da criação de emprego e do reforço das redes sociais. O novo ciclo político iniciado em 20 de Fevereiro criou as condições políticas para que seja retomado o caminho da descentralização, dando novas competências aos municípios e às freguesias.

Importa igualmente dar passos sólidos no sentido da legitimação democrática das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e na preparação do caminho para uma regionalização que potencie a solidariedade territorial e a eficiência administrativa.

Os portugueses têm nas próximas eleições a oportunidade para dar início a um novo ciclo de governação autárquica, que reforce a credibilidade do poder local, dê prioridade às políticas de desenvolvimento e qualidade de vida, contribua para a modernização da Administração Pública e dê um impulso na promoção duma cultura de inovação, qualidade e eficácia na relação com os cidadãos e na prestação dos serviços.

O reforço da democraticidade e transparência no governo municipal, a promoção da participação das mulheres e a evolução progressiva para a paridade, a prioridade absoluta dada à simplificação da relação com os cidadãos e as empresas, o combate à corrupção e a descentralização de competências são prioridades dos socialistas a nível nacional, regional e local.

Os Municípios PS comprometem-se a concretizar uma nova geração de políticas autárquicas, flexíveis e adaptadas a cada circunstância concreta e a cada patamar de desenvolvimento. Este compromisso implica a formulação de eixos estratégicos claros e partilhados que tomem viável a concretização de objectivos. Implica ainda a definição dum novo enquadramento para a governação autárquica, adequando o modelo institucional e o modelo de financiamento aos novos desafios que as Autarquias têm que enfrentar.

Protagonista desde sempre do processo de modernização do País e Partido do Poder Local por excelência, o Partido Socialista assume uma Nova Ambição para Portugal e para a Gestão Autárquica. A ambição de receber a confiança da maioria dos eleitores e de com esse mandato, dar um contributo fundamental para que Portugal e os portugueses possam enfrentar com sucesso as novas fronteiras do desenvolvimento sustentado, no contexto económico e social do século XXI.

1. Uma Nova Geração de Políticas Autárquicas

1.1 Dinamizar a economia e criar emprego

Num contexto local, em que é necessário pensar globalmente e agir localmente, o poder local tem cada vez mais importância na criação de territórios atractivos para a iniciativa empresarial.

Essa atractividade será promovida com políticas integradas que combinem um sistema local de incentivos, a criação de "clusters" locais, sistemas de promoção da marca territorial, acessibilidades e facilidades logísticas e mecanismos de resposta desburocratizados.

Os Municípios PS assumirão sem preconceitos o seu papel de facilitadores e reguladores do desenvolvimento integrado da economia Concelhia e dos territórios com ela articulados, e de garante da equidade e do equilíbrio ambiental nesse processo.

A criação de oportunidades para a inserção social e a realização pessoal e profissional dos Municípios, em particular dos jovens, bem como o incentivo à mobilidade juvenil, serão prioridades dos Municípios PS, visando desenvolver um tecido social saudável e dinâmico, capaz de funcionar com alavanca de desenvolvimento sustentado.

Os Municípios PS promoverão políticas efectivas de igualdade de género, numa lógica de transversalidade em todas as áreas da governação autárquica.

Os Municípios PS assumirão ainda como vector importante da sua acção a criação de emprego social, desenvolvendo para o efeito parcerias com a sociedade civil, promovendo o auto-emprego e apoiando os interessados no processo de acesso às bonificações e incentivos previstos nas políticas nacionais de emprego. Procurarão ainda em articulação com a Administração Central facilitar a participação de inscritos nos Centros de Emprego em acções no âmbito da economia social.

1.2 Promover a qualidade de vida

A promoção da qualidade de vida, em sentido lato, é um dos objectivos fundamentais do poder local moderno, encontrando os equilíbrios necessários entre as várias actividades desenvolvidas no território, de forma a preservar e a melhorar as condições de vida imediatas e a médio e longo prazo aos cidadãos que habitam no território do concelho e daqueles que o utilizam para actividades económicas, sociais, culturais e de lazer. Os Municípios PS promoverão políticas activas de promoção da qualidade de vida, conjugando as dimensões ambientais e paisagísticas, com uma gestão racional das acessibilidades e dos sistemas de transportes de pessoas e mercadorias e com a promoção da segurança em sentido lato.

A promoção da qualidade de vida passa também pela instalação de equipamentos adequados às diversas funções e actividades decorrentes no Concelho. Os Municípios PS prosseguirão de forma activa e empenhada a qualificação e a infra-estruturação do território, entendendo-o como um processo contínuo, que só está terminado quando todos os cidadãos tiverem acesso a condições de vida digna, em termos de acessibilidades, abastecimento de água, saneamento, acesso à saúde, protecção social, educação, qualificação e cultura.

Na sua estratégia de requalificação Territorial, os Municípios PS darão particular ênfase à componente de reabilitação e recuperação de estruturas já existentes, no contexto duma estratégia global de desenvolvimento sustentado, aproveitando ainda complementaridades e sinergias com outros territórios e Municípios.

Os Municípios PS assumirão uma nova ambição no uso dos instrumentos estratégicos de desenvolvimento, designadamente dos Planos Directores Municipais, indo para além à consagração de princípios gerais de ordenamento, e utilizando-os como instrumentos definidores de plataformas de convivência social, organização espacial e articulação institucional, no quadro do território e da sua relação com os territórios envolventes.

1.3 Dinamizar a cultura, o conhecimento, o desporto e a mobilidade social

A criação dum contexto rico em conhecimento, onde os saberes se possam partilhar e assimilar, é uma das chaves do sucesso dos territórios e deve ser também um eixo estratégico da acção das Autarquias, facilitando através dela a dinâmica sócio-económica e a mobilidade das pessoas no sistema de criação de riqueza, condição fundamental para o equilíbrio no quadro de turbulência que caracteriza a sociedade actual.

Os Municípios PS assumirão um papel de apoio e dinamização da sociedade civil e do tecido associativo do Concelho, visando mobilizar o maior número de municípios para a prática ou a fruição de actividades culturais, desportivas ou de partilha e aquisição de conhecimentos. Os Municípios PS apostarão determinadamente na promoção da sociedade da informação e do conhecimento, de forma inclusiva e como suporte duma estratégia de criação de novas oportunidades de desenvolvimento económico e social e de incremento da atractividade do território e da competitividade e eficácia das empresas e dos serviços nele instalados.

Considerando que os Territórios concelhios são espaços em que a tradição e a identidade assumem um papel fundamental, os Municípios PS darão particular atenção à preservação das actividades tradicionais, artesanais ou de pequena indústria, que constituem fontes de diferenciação competitiva e afirmação do conhecimento secular acumulado pelas comunidades locais.

1.4 Promover uma cidadania solidária

Uma das tarefas fundamentais do poder local moderno é garantir a promoção duma cidadania activa e digna. Os Municípios PS promoverão a transparência na sua relação com os Municípios, através da difusão permanente de informação, de visitas e de reuniões periódicas com os actores sociais, bem como através de novos mecanismos de atendimento aos municípios suportados pelas novas tecnologias hoje disponíveis, garantindo uma prática de ligação permanente à sociedade civil.

Como marca duma nova ambição na governação autárquica, os Municípios PS promoverão processos alargados de democratização do processo decisório em relação aos grandes documentos estratégicos para o desenvolvimento do território, assumindo uma postura de abertura e fomento da participação pluralista dos vários actores desse processo. Num quadro de promoção activa duma cidadania digna e activa, os Municípios PS promoverão actividades de mobilização e relacionamento com a sociedade civil de modo a garantir em parceria o funcionamento duma rede social com capacidade de resposta, integradora e eficaz na solução dos problemas concretos dos cidadãos.

As políticas sociais são cada vez mais políticas cuja eficácia exige uma abordagem de proximidade. Os Municípios PS bater-se-ão por uma descentralização séria de competências e de recursos, visando a implantação em parceria com as associações e as instituições para isso vocacionadas, de políticas sociais de proximidade, desenhadas em função das necessidades concretas das pessoas.

2. Um Modelo de Financiamento justo e adequado aos novos desafios

Os Municípios PS bater-se-ão para que o quadro legislativo promulgue uma governação autárquica mais eficaz, transparente e justa. Exigirão uma nova lei de Finanças Locais menos dependente dos impostos patrimoniais, em particular das taxas associadas à construção.

A nova Lei de Finanças Locais deverá acentuar a solidariedade financeira entre o Estado e as autarquias locais, definir os poderes tributários dos municípios e clarificar a responsabilidade na obtenção de finanças locais equilibradas que constituam um investimento de desenvolvimento local.

Promoverão novos modelos de captação de recursos através da disponibilização de serviços a preço justo e da rentabilização de activos disponíveis. Desenvolverão programas estratégicos de desenvolvimento, visando

contribuir para aumentar a eficácia e a transparência na negociação de contratos programa, transferências dedicadas ou acesso a fundos comunitários.

No quadro dum novo modelo de financiamento autárquico, os Municípios PS bater-se-ão por regras claras e transparentes no acesso ao crédito, introduzindo flexibilidade, equidade, sustentabilidade e parâmetros de avaliação qualitativa, nos diversos mecanismos de endividamento a que podem recorrer as autarquias.

Os Municípios PS valorizarão o trabalho fundamental das Freguesias, estabelecendo mecanismos transparentes de transferência para estas Autarquias de competências e recursos. Assumirão também um princípio de transparência na relação com a sociedade civil, publicitando os financiamentos concedidos às ONG, às IPSS e às diferentes Associações, e as medidas e programas ou acções a realizar como contrapartida.

3. Uma Modelo Institucional mais moderno e transparente

Os Municípios PS bater-se-ão pela credibilidade e pelo reforço permanente da legitimidade e da eficácia da Governação Autárquica.

Defenderão assim a concretização de alterações legislativas que permitam o reforço dos poderes de controlo e fiscalização das Assembleias Municipais e a adopção do princípio geral da homogeneidade e da limitação de mandatos executivos.

Bater-se-ão ainda pela revisão do quadro legislativo que regula a criação, o financiamento e a gestão das Empresas Municipais ou participadas pelos municípios, proporcionando condições para um mais eficaz controlo democrático pelos órgãos autárquicos adequados e pela sociedade civil.

Os Municípios PS empenhar-se-ão na dinamização da cooperação inter-municipal e na concretização de projectos supra municipais, quer no domínio da requalificação territorial, quer no domínio da partilha de experiências e na adopção de boas práticas de governação autárquica e de desburocratização.

Empenhados numa descentralização séria e efectiva, os Municípios PS bater-se-ão pela concretização da Regionalização Administrativa e por um processo de contratualização séria e transparente das competências e dos recursos a transferir da administração central para as Autarquias e para as Comunidades Urbanas e Intermunicipais. Os Municípios PS definirão ainda políticas territoriais que tenham em conta a promoção da competitividade num contexto transfronteiriço.

O Partido Socialista defende um novo modelo institucional para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto que permita dotá-las de órgãos próprios com legitimidade democrática e capacidade para intervir em domínios tipicamente metropolitanos como sejam a salvaguarda da qualidade de vida, da gestão integrada de redes de abastecimento de água e tratamento de resíduos, dos transportes, da promoção turística regional ou da promoção de investimentos de interesse regional.

Será igualmente dinamizada a cooperação intermunicipal com base em programas de gestão partilhada entre a administração central e as entidades sub-regionais como as comunidades urbanas ou as comunidades intermunicipais. Os candidatos do PS irão apresentar propostas conjuntas envolvendo a acção integrada de municípios com relações de grande interdependência.

A descentralização de competências deve basear-se num pacto de desenvolvimento e partilha de responsabilidades entre a administração central e os municípios com objectivos a concretizar ao longo de todo o mandato, afastando a tradição de acções desgarradas de desresponsabilização em prejuízo do interesse dos cidadãos.

Portugal vive um tempo decisivo, em que se exige ousadia, modernização e capacidade de enfrentar novos desafios e novas fronteiras. Os Municípios PS assumem o compromisso de dar contributo activo para um Portugal melhor para todos os portugueses.

DESPENALIZAÇÃO DA IGV

PS DETERMINADO NA REALIZAÇÃO DO REFERENDO

José Sócrates compreende a decisão do Presidente da República de não convocar para Julho o referendo sobre o aborto. O primeiro-ministro assegurou, porém, que esta consulta vai realizar-se mais tarde, já sem objecções quanto à participação eleitoral. Referiu, no entanto, que o PS vai apresentar um novo projecto de resolução sobre aborto "logo que reabrir a Assembleia da República", após as férias do Verão. "Esse referendo vai realizar-se para modernizar a legislação portuguesa (em matéria de interrupção voluntária da gravidez), aproximando-a da europeia", adiantou o chefe do Governo. José Sócrates voltou a rejeitar a hipótese de a despenalização do aborto ser feita exclusivamente por via da aprovação de um diploma na Assembleia da República, defendendo que "a melhor forma de alterar a lei é através de uma nova consulta para mudar a lei".

Por seu lado, também o líder parlamentar socialista, compreendendo e respeitando a decisão do Presidente da República de não convocar o referendo sobre o aborto, declarou que o PS voltará a apresentar no Parlamento a resolução para a realização deste referendo, bem como o respectivo projecto de lei, logo em Setembro, ou seja, no início da próxima sessão

legislativa na Assembleia da República. Alberto Martins disse também que o PS está de acordo com as sugestões de Jorge Sampaio para que se alterem os prazos para a convocação de referendos e, nesse sentido, vai apresentar no hemicíclio de S. Bento uma proposta que modifique as regras sobre consultas populares na legislação e na Constituição.

"No início da próxima sessão legislativa, a 15 de Setembro, apresentaremos o projecto de resolução do referendo que apresentámos já no seu essencial", declarou o presidente do grupo parlamentar socialista, salientando que serão também entregues as alterações ao projecto de lei do PS sobre despenalização da interrupção voluntária da gravidez, que reduzem o diploma à questão sujeita a referendo.

A não convocação do referendo sobre o aborto pelo chefe de Estado impede que o Parlamento apresente outra proposta semelhante na mesma sessão legislativa. Em mensagem ao Parlamento divulgada segunda-feira, o Presidente da República anunciou a sua decisão de não convocar o referendo ao aborto por "não estarem asseguradas as condições mínimas" a uma "participação significativa na



consulta". Jorge Sampaio argumentou que, "face aos prazos e limites em vigor no actual quadro jurídico", a consulta popular "teria de ser obrigatoriamente convocada para um domingo no

próximo mês de Julho", numa altura "em que muitos portugueses já se encontram de férias".

Recorde-se também que antes de Jorge Sampaio ter decidido não convocar a

consulta popular, o PS havia decidido alterar o seu projecto de lei mantendo apenas o artigo respeitante à pergunta aprovada para referendo que despenaliza o aborto até às 10 semanas. Em declarações aos jornalistas, Alberto Martins informou que a iniciativa legislativa seria objecto de alterações na especialidade, em sede de Comissão parlamentar, onde se eliminarão os restantes artigos do diploma inicial do PS. "Foram suscitadas dúvidas sobre o projecto e resolvemos tomar a iniciativa de fixá-lo exclusivamente na matéria referendária, eliminando todas as outras alterações, para evitar aproveitamentos indevidos desta questão", justificou o presidente do Grupo, referindo-se às críticas "dos partidos da oposição" ao diploma. "A pergunta do referendo corresponde agora ao projecto de lei na sua secção, por razões de clarificação política, porque em termos jurídicos a questão sempre esteve clara", acrescentou.

A pergunta proposta pelo PS para o referendo sobre a IVG e aprovada pelo Parlamento é a seguinte: "Concorda que deixe de constituir crime o aborto realizado nas primeiras dez semanas de gravidez, com o consentimento da mulher, em estabelecimento legal de saúde?".

SUGESTÕES DE LUIZ FAGUNDES DUARTE

CRISTÓVÃO DE AGUIAR: UMA SINFONIA INCOMPLETA



Marilha
de Cristóvão de Aguiar
Lisboa: Dom Quixote, 2005

Tal como *Raiz Comovida* é uma trilogia romanesca constituída pelos romances *A Semente e a Seiva* (1978), *Vindima de Fogo* (1979) e *O Fruto e o Sonho* (1981), finalmente reunidos em um único volume (1987 e 2003), o novo romance de Cristóvão de Aguiar, *Marilha*, é uma espécie de díloga – no sentido etimológico desta palavra, que arremete para "ambiguidade", "equivoco de sentidos": para qualquer falante do português, trata-se de uma combinação das palavras "mar" e "ilha", o que vem a calhar quando se trata de um autor de origem insular; mas, para quem conhecer a obra e os costumes de Cristóvão de Aguiar, trata-se de uma reencarnação, num corpo só, de dois livros anteriores: *Um Grito em Chamas – Polifonia Romanesca* (1995) e *Ciclone de Setembro* (1985) reaparecem agora, invertidos no tempo e refeitos na forma, como as duas partes que constituem o que agora se chama, na capa, "romance" e, na folha de rosto, "Sequência narrativa". Mas, ao contrário do que se passou com *Raiz Comovida*, cujos romances componentes foram desde o início planeados e escritos para constituírem uma trilogia (aplicando-se aqui o conceito clássico do termo), em *Marilha* o que temos é dois livros, concebidos em separado e com dez anos de permeio, que uma inteligência superior entendeu reunir e agora apresentar como se de coisa única se tratasse – remetendo-nos para o tal equívoco de sentidos que a palavra díloga refere.

Caso raro na literatura portuguesa é Cristóvão de Aguiar: não sei se poderemos aplicar aos seus livros e às suas personagens uma coisa do tipo do célebre "*M^{me} Bovary, c'est Moi*", de Flaubert. Mas, ao deambular por esta floresta, que ele vai plantando, de livros que crescem uns por cima dos outros, uns à custa dos outros, não sei porquê – o que com maior nitidez me ocorre é uma frase de Fernando Pessoa, por ele enxertada na personalidade Bernardo Soares e que se podem encontrar na mais recente edição do *Livro do Desassossego*:

"Minha alma é uma orquestra oculta; não sei que instrumentos tangem e rangem, cordas e harpas, tímboles e tambores, dentro de mim. Só me conheço como sinfonia".

Basta que Fernando Pessoa/Bernardo Soares tenha produzido esta afirmação, para a tomarmos por boa e a aceitarmos; e basta olharmos para a extraordinária obra ficcional de Cristóvão de Aguiar – em que cada livro é uma espécie de personagem que se transforma de acordo com os tempos e os contextos – para a entendermos como aquilo que de facto é: uma grande sinfonia. Que, como a de Schubert, há-de ficar incompleta; pelo menos enquanto Cristóvão de Aguiar tiver forças e ganas para escrever.

Acção
Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR INTERINO Silvíno Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt
EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista: Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.psp.pt/accacao